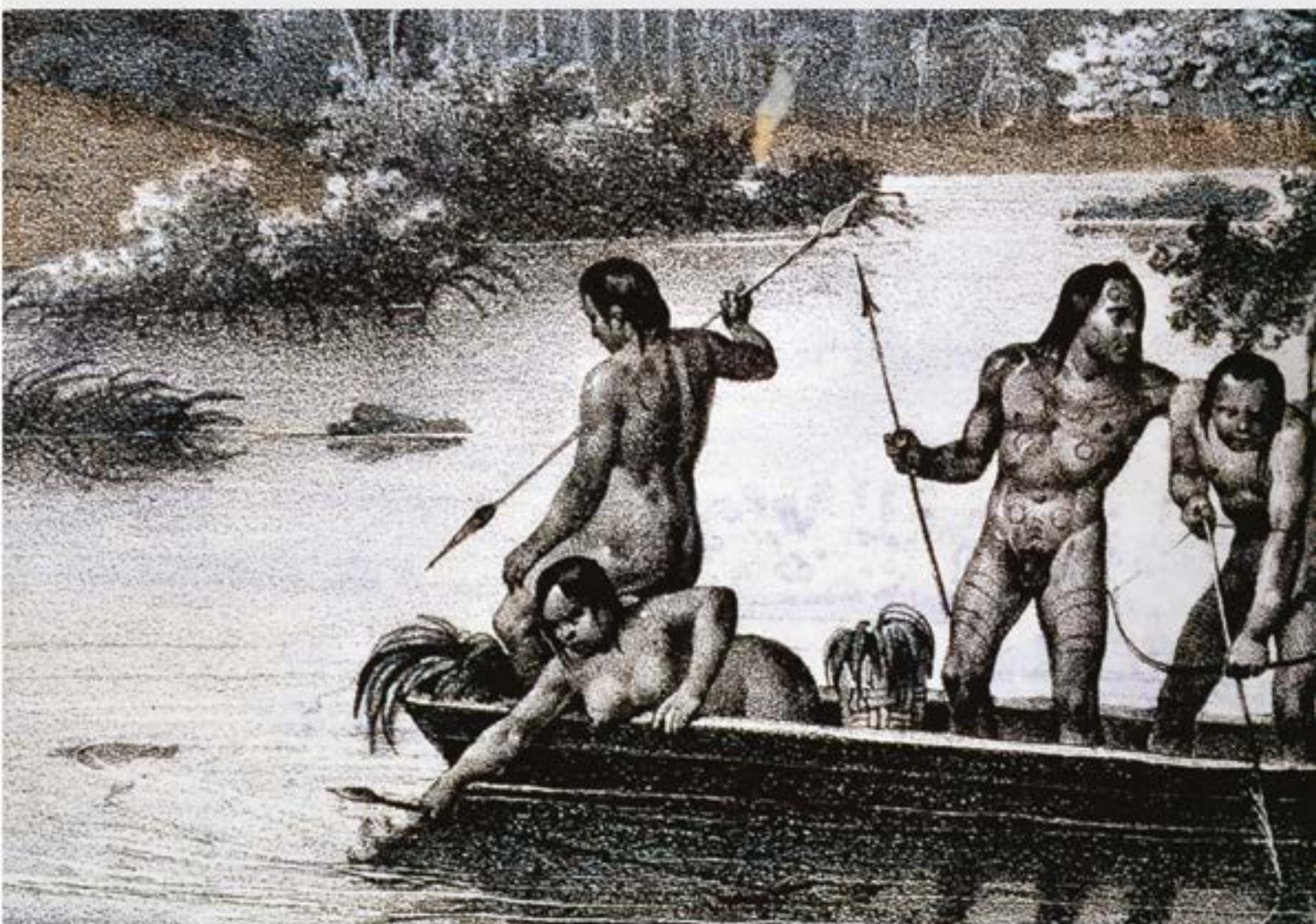


HISTÓRIA DE UM LEGADO:



A PESCA ARTESANAL COMO PATRIMÔNIO

GUSTAVO MAIA TARGINO



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

GUSTAVO MAIA TARGINO

**HISTÓRIA DE UM LEGADO:
A PESCA ARTESANAL COMO PATRIMÔNIO**

Livro apresentado à banca examinadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de licenciado em História, sob a orientação da professora Dr^a Suely Cristina Albuquerque de Luna.

Recife
2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Departamento de História
Curso de Licenciatura em História

GUSTAVO MAIA TARGINO

**HISTÓRIA DE UM LEGADO:
A PESCA ARTESANAL COMO PATRIMÔNIO**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas

Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T185h Targino, Gustavo Maia
História de um legado:: A pesca artesanal como patrimônio / Gustavo Maia Targino. - 2021.
129 f. : il.

Orientadora: Suely Cristina Albuquerque de Luna.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, 2021.

1. História indígena. 2. Pesca artesanal. 3. Patrimônio indígena. 4. História do Nordeste.
5. História cultural. I. Luna, Suely Cristina Albuquerque de, orient. II. Título

Livro apresentado à banca examinadora da
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito para a obtenção do título de
licenciado em História, sob a orientação da
professora Dr^a Suely Cristina Albuquerque
de Luna.

GUSTAVO MAIA TARGINO

**HISTÓRIA DE UM LEGADO:
A PESCA ARTESANAL COMO PATRIMÔNIO**

Livro produzido como trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE como exigência para obtenção parcial do grau de licenciado em História.

Aprovado em 04 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suely Cristina Albuquerque de Luna
Departamento de História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Profa. Dra. Mariana Albuquerque Dantas
Departamento de História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Profa. Dra. Bartira Ferraz Barbosa
Departamento de História da Universidade
Federal de Pernambuco - UFPE

Dedicatória

Dedico este livro a minha querida mãe, Otília Maia, que tanto o incentivou.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à minha mãe, Otília, grande incentivadora e apoiadora, à professora Dra. Suely Cristina Albuquerque de Luna, minha orientadora neste trabalho, aos professores e servidores do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, e aos pescadores que conheci durante a pesquisa nas comunidades ribeirinhas visitadas, que tanto contribuíram com as informações transmitidas.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Um legado antigo: as esperas de peixe ou espias	17
2. Estratégias de pesca: sobre o pequeno curral de pesca	39
3. A redinha de pesca e suas diversidades: o jereré	49
4. Territórios da prática: Goiana e Região	55
5. Novo instrumento, velhos materiais: Sobre as redes de pesca	83
6. As funções do covó: uma história de adaptações	93
7. A paisagem de campo	107
Considerações Finais	121
Referências	127

INTRODUÇÃO

O historiador francês Michael de Certeau, autor de obras fundamentais para o estudo da História, ao referir-se à prática no trabalho do historiador e ao estabelecimento de fontes históricas, em seu livro *A Escrita da História*, observa o seguinte:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori. Ele forma a “coleção. (CERTEAU, 1982 p. 81).

Parafraseando Certeau, este trabalho de pesquisa em história possui como ponto de partida um estudo autoral de documentação fotográfica. O conjunto de fotografias digitais, em cor, abrange o universo da pesca artesanal praticada nos dias atuais, no litoral do Nordeste do Brasil, especificamente em alguns pontos da costa dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Busca investigar possíveis hábitos, técnicas ou artes de pesca de herança indígena presentes no universo da pesca artesanal contemporânea.

O trabalho propõe-se, inicialmente, a “produzir” documentos, fontes históricas relativas ao tema, utilizando a fotografia. Esses documentos, reunidos em blocos temáticos e acompanhados por textos, constroem os capítulos deste trabalho. Estes são nomeados de acordo com os lugares pesquisados ou com tipos de armadilhas para pesca encontradas no percurso deste estudo.

A pesquisa de campo e o trabalho de documentação fotográfica realizados com o objetivo de pesquisa histórica tiveram início em 2017, em ocasião de viagem ao litoral sul alagoano de Coruripe. A partir disso, compreendeu algumas visitas aos pontos estudados na costa dos três estados, ocorridas até janeiro de 2020, em um segundo contato com o mesmo litoral alagoano. Dessa vez, alcançando o Rio São Francisco, próximo à sua foz.

Entretanto, alguns conteúdos sobre o mesmo tema, ambientes ou universo da pesca artesanal encontram-se incluídos em fotografias autorais de arquivo realizadas em anos anteriores.

Incidentalmente, no ano de 2015 em visita à Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, pescadores e catadores de moluscos, com sua presença nos manguezais da foz desse rio atraem a atenção do olhar. Este corresponde a um território, no passado, originalmente habitado pelos povos indígenas potiguaras. Atualmente, constitui área de Proteção Ambiental - APA, unidade de conservação administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBIO, de grande interesse ecológico e habitat do peixe-boi marinho.

Na atualidade do século XXI, em alguns pontos dessa referida costa pesquisada, às margens de alguns rios ou lagoas, pairam, isoladas da sociedade urbana, algumas comunidades ribeirinhas que vivem de pesca artesanal para subsistência. São pescadores, homens e mulheres, catadores de mariscos, ostras, caranguejos e diversos outros crustáceos e moluscos. Com suas canoas, pescam principalmente ao longo dos rios e manguezais, utilizando redes, anzóis e mais algumas técnicas, armadilhas e apetrechos específicos.

Aparentemente, alguns desses lugares não sofreram drásticas transformações diante do acelerado processo de urbanização e modificação trazidos pela sociedade capitalista, no entanto, podem agora, ou em curto espaço de tempo, se encontrar no limiar de sua existência como tal. Nessas comunidades pode-se perceber modos de vida humana que guardam em sua base permanências culturais, tradições herdadas de gerações do passado. Uma vez estabelecida uma relação entre homem e ambiente natural, ali, o tempo parece passar de forma mais lenta e independente. Desta forma, este trabalho dirige o olhar a um mundo que necessita ser conhecido e reconhecido.

As visitas a campo procuraram chegar a algumas dessas comunidades, observar e documentar aspectos relativos à relação do homem com o meio ambiente, e sua atividade pesqueira como modo de vida. Tornou-se necessário o aluguel de um pequeno barco para adentrar os rios e explorar seus leitos, fotografar pescadores em atividade, realizar anotações, conhecer os manguezais.

Para o litoral sul de Alagoas foram realizadas incursões a algumas lagoas, rios e praias pertencentes ao município de Coruripe. Algumas fotografias de armadilhas de pesca foram captadas no Rio São Francisco, em Piaçabuçu, e no lado sergipano de Brejo Grande, ambos na região do Baixo São Francisco, próximos à sua foz.

O litoral norte pernambucano de Goiana, com o rio de mesmo nome e a praia de Atapuz, à margem do canal de Itapessoca, são igualmente abordados em tema relativo aos hábitos da pesca artesanal ali praticada.

Para a Paraíba, o litoral norte fora visitado em algumas das atuais aldeias indígenas dos municípios de Marcação e Baía da Traição, localizadas à margem do Rio Mamanguape. A Terra Indígena Potiguara insere-se entre os territórios desses dois municípios, estendendo-se ao de Rio Tinto, constituindo 21 mil hectares de área. Há também registros realizados no Rio Camaratuba e em praias de Lucena. No que abrange o litoral sul paraibano, a pesquisa fotográfica dirigiu-se ao Rio Goiana e passou por Barra de Gramame, próxima a João Pessoa.

Relacionadas ao conteúdo desse material fotográfico e seu objeto de estudo, foram encontradas referências anteriores, em mapas, pinturas, desenhos e gravuras dos artistas holandeses no Brasil, e de autoria de outros artistas, em diferentes épocas, assim como nos textos de cronistas e historiadores ao longo dos séculos.

O litoral do Nordeste Oriental brasileiro encontrava-se, à época do contato com europeus, recoberto por contínuo norte-sul de mata atlântica, em grande faixa que se estendia, ainda, entre 40 e 50 quilômetros para o interior. Região, hoje, classificada como Zona da Mata, integra o segundo grande complexo de florestas tropicais biodiversas brasileiras. (AB 'SABER, 2003. P. 45). O regime pluvial de chuvas bem distribuídas proporciona uma rede fluvial perene. Rios de vários tamanhos e seus afluentes a percorrem em direção ao oceano, formando em suas calhas os vales, estuários, manguezais, ambientes naturais de reprodução das espécies marinhas.

Constituídos por diversos grupos e denominações distintas, habitando o litoral de forma descontinuada, os tupis predominavam ao longo da costa, como informa a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida:

No século XVI, os tupis predominavam ao longo da costa brasileira e na bacia do Paraná-Paraguai. Estabeleceram contato mais estreito com os portugueses e foram os mais bem conhecidos e descritos por eles [...] (ALMEIDA, 2010. P. 31)

Os ambientes naturais das calhas fluviais, férteis e abundantes em frutos do mar, peixes, crustáceos e moluscos, além de constituírem territórios de habitação indígenas, certamente seriam locais preferenciais para instalação de suas aldeias, junto a suas roças e suas embarcações. Na Mata Atlântica, nas praias e áreas de restinga, plantas e frutas comestíveis à disposição, ao alcance da mão, além de caça diversificada, compunham o ambiente tropical farto em alimentos habitado por esses povos.

Além de documentos cartográficos, os relatos dos cronistas e missionários do século XVI revelam que entre diferentes coletividades nativas existiam populações numerosas, sedentárias e compostas de excelentes agricultores. Documentos que precisam ser lidos com cuidado, estando sujeitos a críticas, principalmente no que refere ao lugar social de seus autores, os relatos trazem importantes descrições dos grupos indígenas, sua forma de vida, do meio ambiente e da paisagem natural, sobre a flora e a fauna.

Cronistas do século XVI são unânimes em destacar as habilidades indígenas para a caça e a pesca. Eram esses índios exímios pescadores e nadadores. Conheciam bem e nomeavam cada um dos peixes, numerosos em quantidade e em espécies, assim como os caranguejos, camarões, ostras, mariscos e verdadeira miríade de outros crustáceos e moluscos. A grande oferta de frutos naturais, nessas áreas, era de fácil alcance.

O português Gabriel Soares de Souza, em seu Tratado Descritivo do Brasil em 1587, obra de grande valor histórico e etnográfico, refere-se sobre algumas habilidades e costumes dos Tupinambás, e informa:

São os tupinambás grandes flecheiros, assim para as aves como para a caça dos porcos, veados e outras alimárias, e há muitos que matam no mar e nos rios de água doce o peixe a flecha; e desta maneira matam mais peixe que outros a linha; os quais não arreceiam arremeter grandes cobras, que matam, e a lagartos que andam na água, tamanhos como eles, que tomam vivos a braços. (SOUZA, 1587a, p. 313).

Como observa o autor, para os indígenas o arco e flecha constituíam a principal maneira de pescar. Tal habilidade pode ser observada em gravuras e desenhos, como na obra Johann Moritz Rugendas, no século XIX e na obra de Theodor de Bry, publicadas em *Hans Staden: Duas viagens ao Brasil, em 1557*. Figuras 1-2.



Figura 1 e capa (detalhe) Johann Moritz Rugendas, *canoas indígenas*. Litografia aquarelada sobre papel 234 x 284 mm. *Voyage Pittoresque dans le Brésil*, 1835. Fonte: LEITE, José Roberto Teixeira, 2015. p. 147.

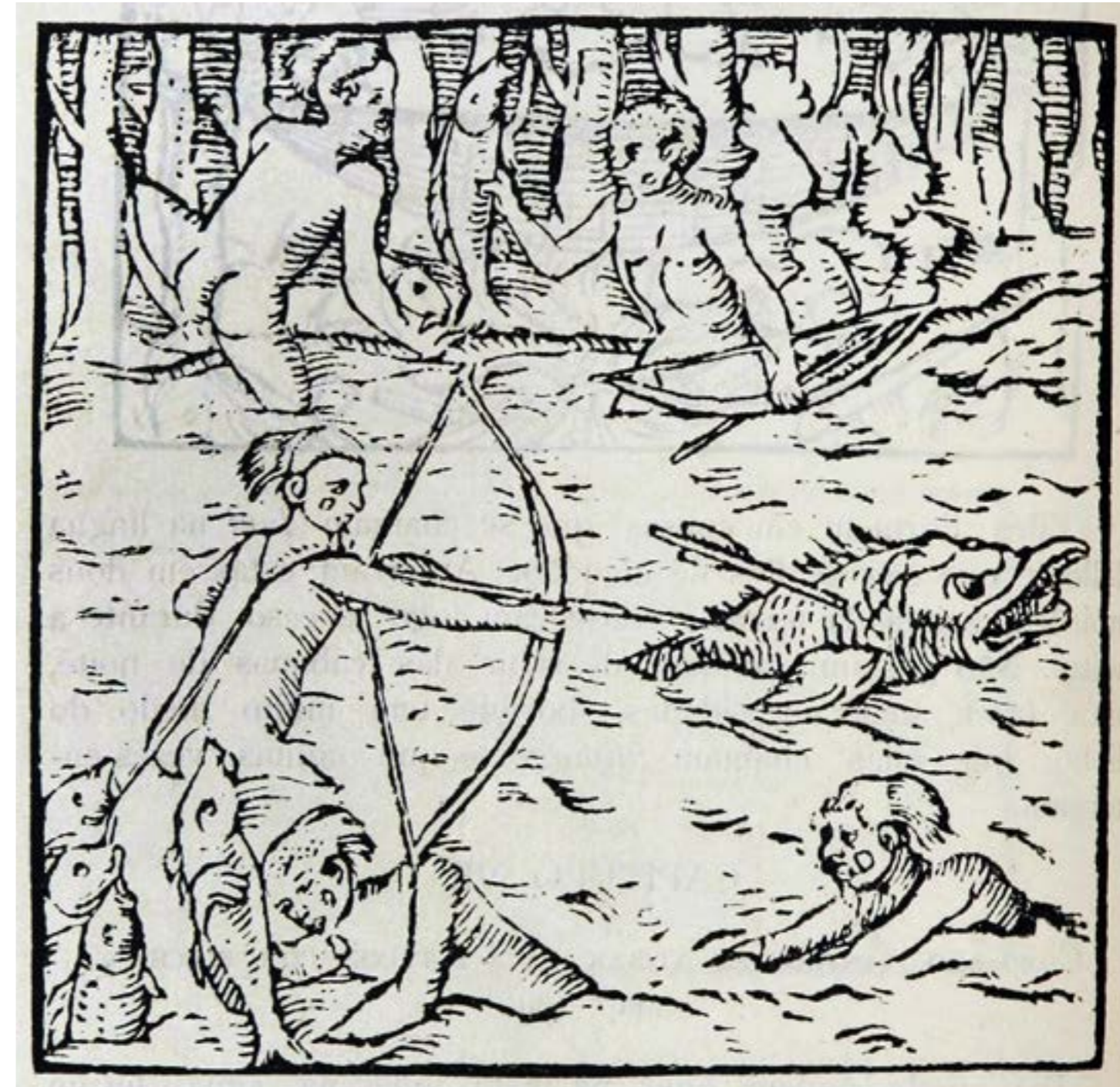


Figura 2. *Pesca*. Theodore de Bry, gravura. Fonte: STADEN, Hans. 2008 p. 140.

A gravura de Rugendas apresenta a participação de mulheres na pescaria, com doze adultos e uma criança na mesma canoa. Ainda hoje permanece marcante a presença e a participação das mulheres nas pescarias. Durante esta pesquisa, entre rios e manguezais, algumas mulheres foram encontradas no comando de sua própria embarcação.

Staden, um soldado alemão que veio ao Brasil em duas ocasiões, em sua segunda viagem tornou-se prisioneiro dos Tupinambás durante nove meses e meio, no litoral de Bertioga, então capitania de São Vicente. Ele refere-se a esses índios, em seu modo de pescar, e observa:

Do mesmo modo perseguem os peixes no litoral. Têm a vista muito aguçada. Quando em algum lugar um peixe vem à superfície, atiram nele, e somente poucas flechas não atingem o alvo. Assim que um peixe é atingido, atiram-se à água e nadam atrás dele. Certos grandes peixes vão para o fundo quando sentem uma flecha dentro de si. Os selvagens mergulham, então, até cerca de seis braças de profundidade e trazem-nos para a superfície. (STADEN, 1557, p. 139).

Fernão Cardim, missionário jesuíta português chegado ao Brasil em 1583 como secretário do visitador da Companhia de Jesus, conheceu regiões, hoje, correspondentes aos estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, tendo contato com as terras brasileiras. *Tratados Da Terra e Gentes Do Brasil* constitui publicação de seus três tratados escritos entre 1583 e 1601 em sua estadia brasileira e algumas cartas. Em suas observações sobre a relação dos indígenas da terra com a água e os rios, entre outras, escreve o missionário:

Todos trazem seus arcos e frechas, e não lhes escapa passarinho, nem peixe n'água, que não frechem, pescam bem a linhas, e são pacientíssimos em esperar, donde vem em homens a ser grandes pescadores e caçadores, nem ha mato nem rio que não saibam e revolvam, e por serem grandes nadadores não temem água nem ondas nem mares. Ha indio que com uma braça ou grilhões nos pés nada duas e três léguas. Andando caminho, suados, se botam aos rios; os homens, mulheres e meninos, em se levantando se vão lavar e nadar aos rios, por mais frio que faça; as mulheres nadam e remam como homens, e quando parem algumas se vão lavar aos rios. (CARDIM, 1925, p. 310/311).

Entre muitas outras observações, Gabriel Soares de Souza acrescenta:

São os tupinambás grandes nadadores e mergulhadores, e quando lhes releva, nadam três e quatro léguas; e são tais que, se de noite não têm com que pescar, se deitam na água e como sentem o peixe consigo, o tomam às mãos de mergulho; e da mesma maneira tiram polvos e lagostins das concavidades do fundo do mar, ao longo da costa. (SOUZA, 1587b, p. 314).

Em seu livro *A Faina, a Festa e o Rito, uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*, o historiador Luiz Geraldo Silva descreve a ocupação do litoral do Brasil pelos grupos indígenas no século XVI, referindo-se aos grupos que habitavam essa parte da costa nordestina. Baseia-se o autor em mapeamento ao longo da costa, sugerido por John Manuel Monteiro:

[...] Entre São Luís e a Ilha de Itamaracá, vivia um grupo poderoso e fortemente guerreiro, designado de potiguar – que habitava sobretudo o Rio Grande do Norte – e os caetés e tabajaras, que viviam na altura de Pernambuco e a partir do rio São Francisco. (SILVA, G., 2001, p. 43).

Assim, dos grandes grupos que ocupavam a referida faixa litorânea do Nordeste, os índios Kaetés se distribuíam a partir do Rio São Francisco para o norte, até as proximidades de Itamaracá. Do Rio Paraíba à margem do Jaguaribe, no Ceará, habitavam os Potiguara. Tal distribuição pode ser observada no mapa 1, que inclui a zona de ocupação portuguesa. Segundo este mapa, no final do século XVI, toda a costa oriental do Nordeste encontrava-se sob domínio português, apesar da indicação dos grandes grupos indígenas Tupinambá ao longo do litoral. Figura 3.

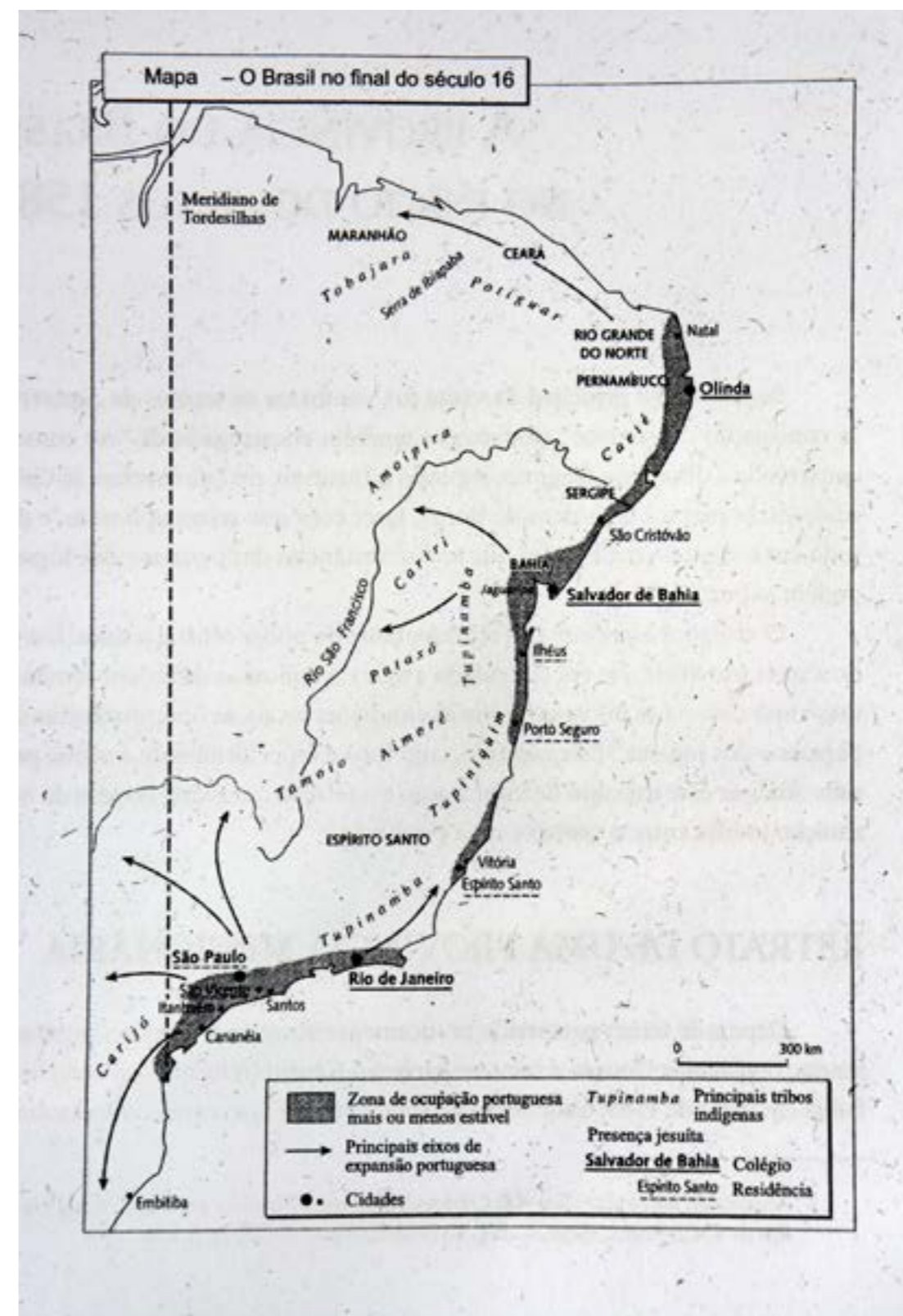


Figura 3. Fonte: CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 46.

1. UM LEGADO ANTIGO: AS ESPERAS DE PEIXE OU ESPIAS

Com a ocupação mais sistemática do território causada pela instalação das capitâncias hereditárias e do surgimento das vilas, a partir de 1530, intensificaram-se os confrontos entre índios e europeus.

Passados mais de cinco séculos do primeiro contato com europeus, porventura existiria, atualmente, nessa costa litorânea nordestina algum traço ou herança da cultura indígena no universo de pesca artesanal atualmente praticada? Este trabalho de pesquisa busca investigar, de certa forma, essa questão. Observe-se que esses espaços litorâneos, em abordagem, fazem parte da primeira região a sofrer, fortemente, os impactos da colonização desde o início. A instalação da produção do açúcar trouxe consequente desarticulação, morte e expulsão dos grupos e etnias indígenas de seu território natural.

Em viagem de pesquisa ao litoral de Alagoas em 2017, foram encontradas algumas estruturas relativas à atividade de pesca artesanal, que se destacam por sua raridade e diferenciam-se das demais encontradas nas visitas de campo. Tais descobertas provocaram uma nova visita à região, em janeiro de 2020, para melhor análise, observação e documentação fotográfica. Nessa ocasião, outros exemplares das mesmas referidas estruturas foram localizados e fotografados durante exploração a lugares específicos do litoral sul do Estado de Alagoas. Além de documentadas, tornaram-se objeto de pesquisa bibliográfica e de iconografia, sobre as quais alguns comentários contidos a seguir fazem-se necessários.

Importante destacar que ao se referir a lugares, este estudo não pretende abordar sua história como um todo. Da mesma forma, não possui pretensão em investigar todo o conteúdo relativo ao tema da pesca artesanal, direcionando-se, principalmente, para o que foi encontrado durante o próprio desenvolvimento da pesquisa e registrado nas fotografias: os lugares, os conteúdos e apetrechos de pesca, que deram origem aos capítulos deste trabalho.

A região litorânea de Coruripe, próxima ao Rio São Francisco, no atual Estado de Alagoas cujos documentos remotos apontam os Kaetés como seus habitantes originais, à época do contato com o europeu, tornou-se área de estudo de campo para esta pesquisa. No capítulo em que trata de quem são esses indígenas, que foram moradores da costa de Pernambuco, Gabriel Soares de Souza realiza, entre outros comentários, os seguintes apontamentos:

Parece que não é bem que passemos adiante do rio de São Francisco sem dizermos que gentio é este caeté, que tanto mal tem feito aos portugueses nesta costa, o que agora cabe dizer deles. Este gentio, nos primeiros anos da conquista deste estado do Brasil, senhoreou desta costa da boca do rio de São Francisco até o rio Paraíba, onde sempre teve guerra cruel com os potiguares, e se matavam e comiam uns aos outros em vingança de seus ódios, para execução da qual entravam muitas vezes pela terra dos potiguares e lhes faziam muito dano. (SOUZA, 1587c, p.61-62).

Da ponta da barra Currurupe, contra o Rio de São Francisco se vai armando uma enseada de duas léguas, em a qual bem chegados à terra, estão os arrecifes de D. Rodrigo, onde também se chama o porto dos Franceses por se eles costumarem recolher aqui com suas naus à abrigada desta enseada, e iam por entre os arrecifes e a terra, com suas lanchas, tomar carga do pau de tinta no rio de Currurupe. (SOUZA, 1587d, p. 61).

Aqui se perdeu o bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, com sua nau vinda da Bahia para Lisboa, em a qual vinha Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor que fora do Brasil, e dois cônegos e duas mulheres honradas e casadas, muitos homens nobres e outra muita gente, que seriam mais de cem pessoas brancas, afora escravos, a qual escapou toda deste naufrágio, mas não do gentio caeté, que neste tempo senhoreava esta costa da boca deste rio de São Francisco até o da Paraíba; depois que estes caetés roubaram este bispo e toda esta gente de quanto salvaram, os despiram e amarraram a bom recado, e pouco a pouco os foram matando e comendo, sem escapar mais que dois índios da Bahia com um português que sabia a língua, filho do meirinho da correição. (SOUZA, 1587e, p.61).

Em estudo de campo na região litorânea de Coruripe, foram encontradas as duas estruturas de pesca anteriormente referidas. A primeira a ser analisada consiste em uma espera de peixes, ou espia, construída em madeira, na margem de um rio ou de uma lagoa, na maioria das vezes dentro d'água. Assemelha-se a uma escada rústica. Associado a esta e a alguns metros de distância encontra-se fixado um jirau, feito com varas, compondo o conjunto arquitetônico utilizado para pescar. Para funcionar, o engenhoso sistema necessita de sincronia de movimentos entre quem observa do alto, pescador que, em silêncio, orienta através de sinais e gestos a movimentação dos peixes visualizados e o segundo pescador, que se encontra em pé sobre o jirau, lançando a rede para a captura no momento certo da passagem do cardume.

Conforme as espias documentadas, no Rio e na Lagoa Jequiá e no Rio Poxim, sua construção pode variar de acordo com o material e as características de sua localização. Foram fotografados casos em que duas espias estão relacionadas a um mesmo jirau, formando um triplo conjunto arquitetônico. Algumas espias são contíguas aos próprios jiraus de madeira, sob uma única construção. Em alguns exemplares construídos, é visível o aproveitamento de bifurcação natural no caule da própria árvore, formando linhas paralelas para a fixação dos degraus, assumindo aspecto construtivo mais primitivo. Figuras 4 a 15.



Figura 4. Espias e jiraus para pesca em Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 5. Espia e jirau para pesca em Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 6. Espias e jirau para pesca em Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 7. Espia e jirau para pesca em Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 8. Espia e jirau para pesca conjugados na mesma construção, em Lagoa de jequiá, Alagoas. Foto do autor,, 2020.



Figura 9. Espias e jirau para pesca no Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 10. Espias para pesca no Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 11. Espia para pesca no Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 12. Espia para pesca no Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 13. Espia para pesca no rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2020.

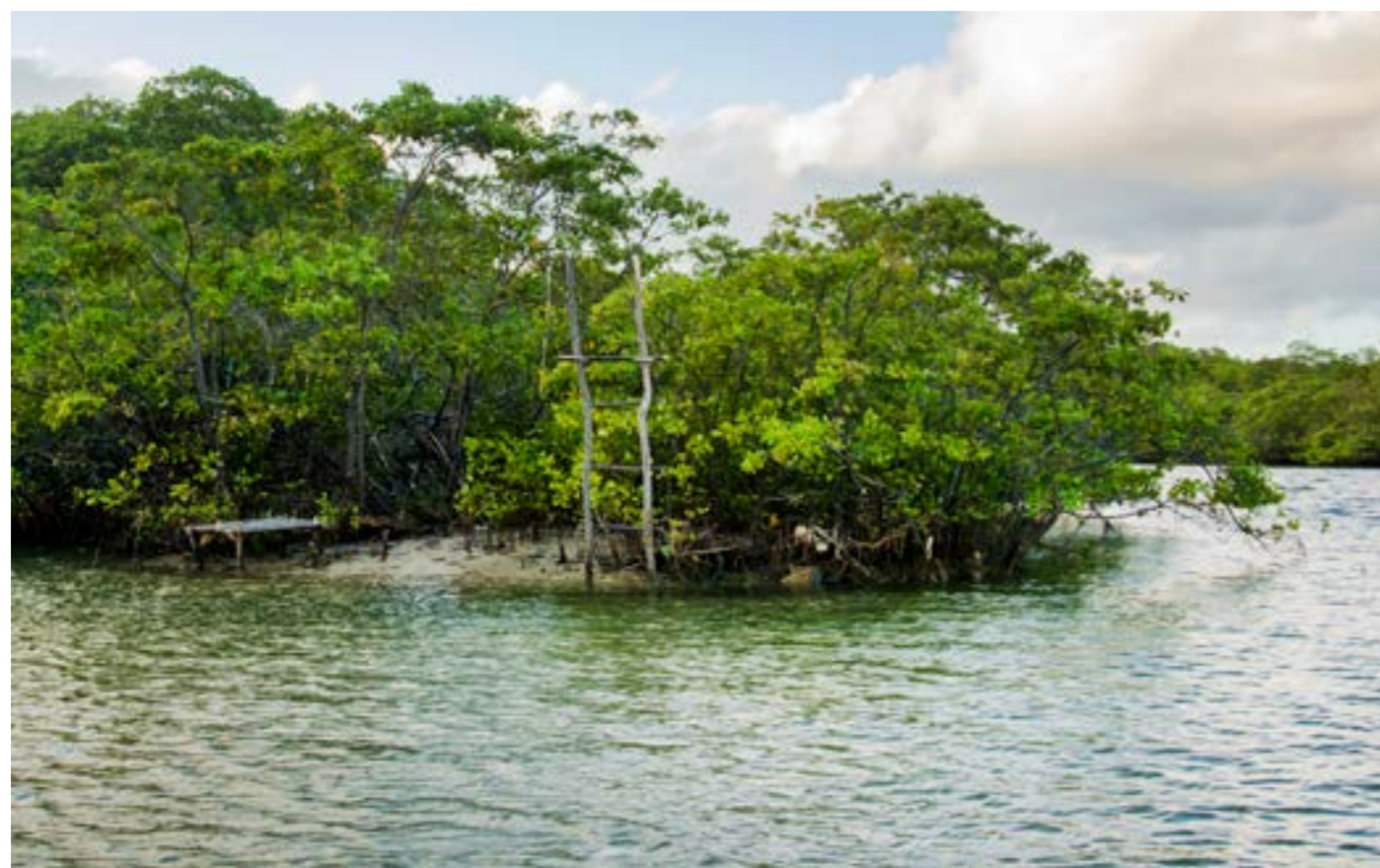


Figura 14. Espia e jirau para pesca no Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 15. Espia para pesca em Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 16. *Mulher africana* (detalhe), Albert Eckhout. Óleo sobre tela, 282 x 189 cm, 1641. Fonte: BRIENEN, Rebecca Parker, 2010. p. 158.

A altura da espia, provavelmente, varia conforme a visualização dos cardumes de peixes movendo-se na água clara da lagoa. Com posicionamento estratégico, seu funcionamento requer habilidade e conhecimento por parte dos pescadores, que conhecem o movimento das águas com a maré e o comportamento das espécies aquáticas.

Dois importantes documentos iconográficos do período holandês, no Brasil (1630-1654), retratam estrutura similar utilizada para a pesca, na mesma costa nordestina brasileira. Trata-se de um detalhe na paisagem da pintura *Mulher Negra*, de Albert Eckhout e de gravura atribuída a Frans Post para o importante mapa cartográfico "*Brasília Qua Parte Paret Belgis*", publicado em 1647. Figuras 16-17.



Figura 17: *Mulher africana*, Albert Eckhout. Óleo sobre tela, 282 x 189 cm, 1641. Fonte: BRIENEN, Rebecca Parker, 2010. p. 159.

Eckhout foi o primeiro artista a pintar o Brasil, ao lado de Frans Post. De extrema beleza, seus trabalhos revelam preciosos detalhes do passado colonial brasileiro, sua população, flora, fauna e paisagens.

Mulher Negra (1641) constitui um dos oito grandes retratos etnográficos pintados a óleo no Brasil holandês, onde o artista viveu por sete anos. A obra possui, em seu canto inferior esquerdo ao fundo, cena de pescaria em uma praia, retratando alguns indígenas envolvidos com o trabalho.

Independentemente à extraordinária beleza desse quadro, em sua composição como um todo, este constitui o detalhe em foco para análise.

Nesse cenário, seis figuras indígenas encontram-se retratadas por Eckhout no momento em que cinco deles manipulam a rede de pescar e recolhem os peixes. Outro participante se posiciona no alto da espia. Na areia, a rede aparentemente acabou de ser recolhida. A praia, com arrecifes descobertos, identifica momento com maré baixa. No mar, uma pequena jangada feita de paus, de característica indígena, sugere participação na ação. Seria um sétimo pescador indígena? Provavelmente sim.

Eckhout volta ao Brasil, 1644-2002, livro publicado em 2002 por National Museum of Denmark, Copenhagen, homenageia a exposição de Albert Eckhout trazida ao Brasil no mesmo ano. Nesse, entre outros especialistas, o historiador holandês Ernst van Den Boogaart, em ensaio de sua autoria, analisa a população do Brasil Holandês retratada por Eckhout, entre eles a pintura *Mulher africana, de 1641*, obra integrante da exposição. Ao final do texto, referente ao quadro, escreve o autor:

Ao fundo, quatro homens negros (pescadores?) trabalham na praia. Uma sexta figura sobre uma torre de vigilância observa o oceano por onde os europeus transportam escravos da África para a América. Três veleiros grandes navegam no horizonte. (BOOGAART, 2012, apud BERLOWICS, Bárbara, 2002. P. 124)

A propósito, não conheceria o historiador o mapa mural de Georg Marcgraf? Pois nesse outro documento holandês encontra-se ilustrada e bem destacada a cena de pescaria com o uso da espera de peixes, tornando-se, apenas, um exercício historiográfico relacionar os dois documentos.

A historiadora norte americana Rebecca Parker Brienen, especialista em arte holandesa do século XVII, publicou Albert Eckhout – *Visões do Paraíso Selvagem, obra completa*, que reúne centenas de imagens e detalhes da obra consagrada do artista. Dessa vez, o detalhe da cena de pesca ganhou destaque na publicação com imagem impressa em página inteira. Nos comentários detalhados sobre a obra, uma rápida citação, logo no início do texto, refere-se ao recorte: “A Mulher Negra de Eckhout encontra-se em pé e possui por fundo uma paisagem costeira, com palmeiras e um mamoeiro, além dos ameríndios que pescam ao longo do litoral”. (BRIENEN, 2010, p. 97).

A comparação das estruturas de esperas ou espias de pesca fotografadas, em 2020 no litoral sul de Alagoas, com a imagem da cena pintada por Eckhout, no século XVII, não deixa dúvida de se tratar do mesmo tipo de construção, o mesmo objeto utilizado para a pesca. Passados quase quatrocentos anos, esse equipamento continua em uso até hoje. Possui aparência em ser mais alta a espia retratada por Eckhout, construída à beira mar. A característica construtiva e o detalhe em possuir um dos lados mais alto que o outro permanece presente, nos exemplares alagoanos, agora, fotografados, servindo de guarda ao pescador que orienta a pesca do alto.

As esperas encontradas, na foz do rio Poxim, com pequenas cobertas de palha foram as únicas do gênero localizadas durante a pesquisa de campo.

O segundo documento iconográfico do período neerlandês, refere-se à *Brasília Qua Parte Paret Belgis*, o belíssimo mapa cartográfico holandês do século XVII, com a representação do território do Nordeste brasileiro sob o domínio da gente da Companhia das Índias Ocidentais, WIC, principalmente, para a costa e para os rios. Publicado por Johan Blaeu, em 1647, a partir dos trabalhos do cartógrafo, astrônomo e naturalista alemão Georg Marcgrave, ilustrado com desenhos e vinhetas atribuídas a Frans Post, por encomenda do Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Figura 18.



Figura 18. Brasília qua parte paret Belgis, mapa cartográfico do Brasil sob domínio neerlandês. Mapa mural detalhado das capitanias de Sergipe, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Com autoria de Georg Marcgrave e vinhetas atribuídas a Frans Post. 1647. Fonte: web / wikimedia Commons. Acessado em: 03/02/2020. Modificado pelo autor. Localização das áreas de pesquisa no Mapa: 1 Baixo Rio São Francisco; 2 Coruripe; 3 Rio Poxim e Lagoa Escura; 4 Rio e Lagoa de Jequiá; 5 Atapuz; 6 Rio Goiana; 7 Rio Gramame; 8 Barra de Mamanguape; 9 Aldeia Tramataia; 10 Rio Camaratuba.

Os espaços geográficos que basearam esta pesquisa de campo, em pontos do Litoral de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, encontram-se localizados no mapa de Marcgrave, possuidor de mais de 900 topônimos, principalmente, localizados ao longo da costa.

As pranchas referentes ao litoral são em número de 5, de um total de 9 que integram o documento. A primeira parte abrange a capitania de Sergipe Del Rey e o Rio São Francisco; a seguir, a parte que compreende a zona meridional da capitania de Pernambuco, hoje pertencente ao Estado de Alagoas; As partes restantes representam a parte norte de Pernambuco, a capitania de Itamaracá, e, por fim, a parte que descreve a costa e as capitanias da Paraíba e Rio Grande. (BARBOSA, 2013) Comporiam, posteriormente, o livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia*. O material reúne informações coletadas pelos representantes da Companhia das Índias Ocidentais nos territórios por ela conquistados. O documento configura-se como fonte imprescindível para diversos estudos e trabalhos de pesquisa.

O mapa *Praefecturae Paranabucae pars Meridionalis* apresenta a parte sul da Capitania de Pernambuco, que se estendia geograficamente, e, ao sul, limitava-se com o Rio São Francisco, abrangendo o atual território do Estado de Alagoas. Assim, como atualmente, várias lagoas se encontram dispostas ao longo daquele trecho de costa litorânea. Um pouco abaixo do portentoso Rio São Francisco, encontra-se Coruripe no litoral. Figura 19.



Figura 19. Carta cartográfica *Praefecturae Paranabucae Meridionalis*, com representação da parte sul da capitania de Pernambuco, atual Estado de Alagoas. A região litorânea de Coruripe encontra-se localizada abaixo do Rio São Francisco. Ao centro, localiza-se o pequeno Rio Poxim interligado à Lagoa Escura, precedidos pelo rio e Lagoa de Jequiá. Fonte: CORRÊA DO LAGO, Bia, 2010. p. 94.

Ali, próximos a Coruripe, o Rio Poxim e a Lagoa Escura, bem como seus vizinhos Rio e Lagoa Jequiá, aqui fotografados, aparecem identificados, naquele litoral, na altura da gravura lacustre enfocada, sugerindo sua localização.

Para uma das gravuras em cor, que ilustram o mapa, irá dirigir-se mais atenção. Exatamente para a paisagem lacustre que se estende para o interior. Ao lado esquerdo de uma lagoa, dez homens, supostamente escravos, protagonizam uma cena de pesca ao puxar uma rede de arrasto, orientados por mais um outro, que a tudo observa do alto de uma construção de madeira. Trata-se, por conclusão lógica, de uma estrutura semelhante a anteriormente analisada, documentada por Eckhout. Na versão de Frans Post, a construção apresenta uma aparência mais elaborada em sua forma construtiva. Figura 20.

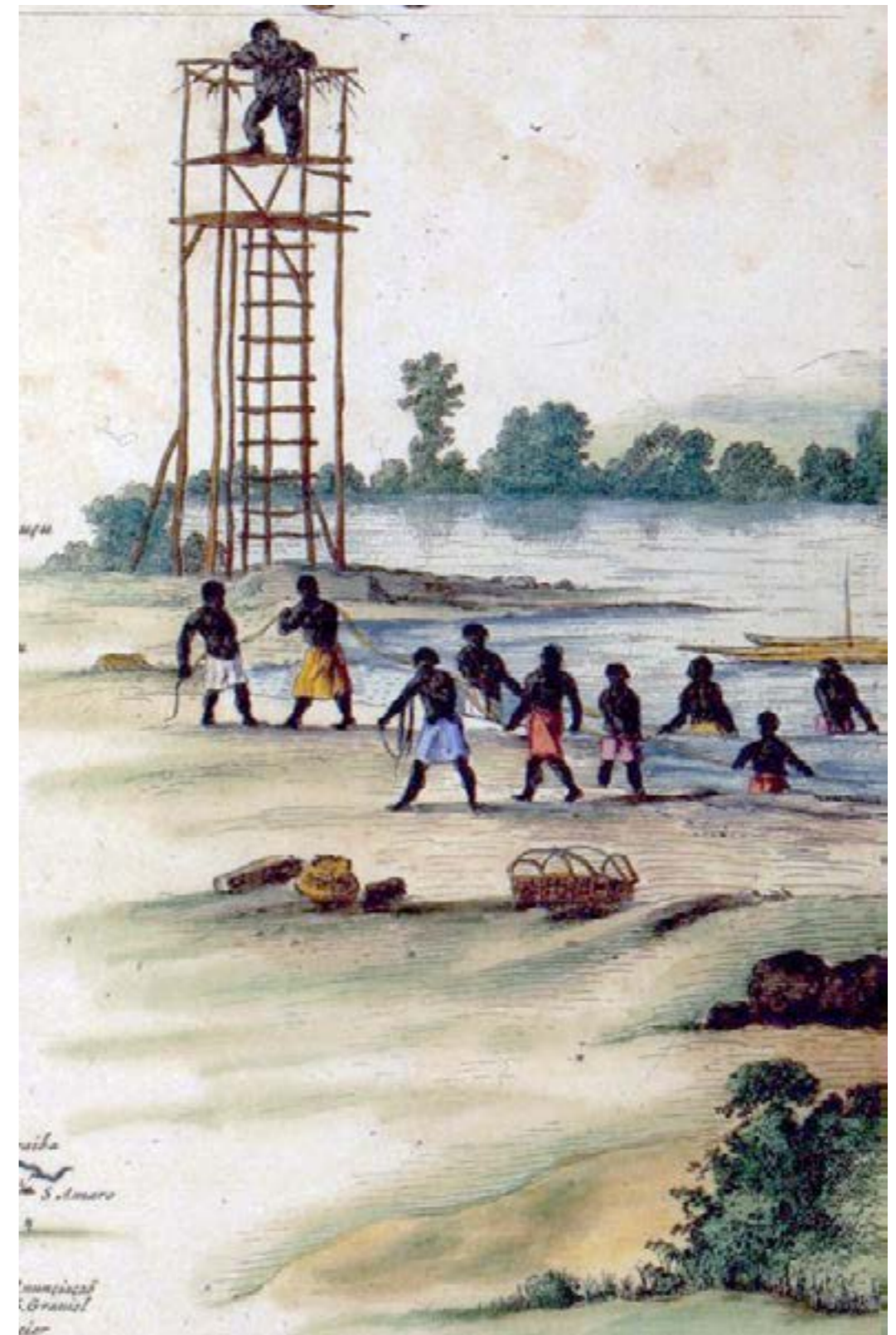


Figura 20. Carta cartográfica *Praefecturae Paranabucae Meridionalis* (detalhe), parte integrante do mapa de Marcgrave. Apresenta cena de pescaria com rede em lagoa litorânea, alinhada ao litoral de Coruripe, atual Estado de Alagoas. Fonte: CORRÊA DO LAGO, Bia, 2010. p. 94.

Ao tratar deste mesmo período histórico, Evaldo Cabral de Mello, em seu livro *O Brasil Holandês*, reproduz trechos do relatório de Hamel, Bas e Bullestrate, de 1646, referindo-se às questões de provisãoamento do Brasil holandês. O documento, entre outros aspectos relativos ao assunto, informa sobre a atividade da pesca naquele período e a existência de alguns pescadores sob controle da Companhia. Possivelmente, isso poderia explicar a representação da cena na obra dos artistas contratados.

Naquele litoral, há uma abundância tão grande de peixe que já aconteceu algumas vezes que uma rede deu dois mil ou três mil belos peixes de uma vez só. Mas isto acontece apenas nos quatro ou cinco meses do verão, sendo que na estação da chuva se pesca pouco ou nada. Na mencionada costa, há alguns pesqueiros que em especial são muito ricos em peixe, dos quais alguns são pescados pelos proprietários e outros anteriormente foram confiscados, vendidos ou alugados pela Companhia.

Além disso, as lagoas, tanto no sul quanto no Rio Grande, fornecem bons peixes em grande quantidade, mas também pesca-se muito em quase todos os rios, sendo este peixe geralmente mais saboroso e melhor nutrido que o da praia. Nos mencionados pesqueiros, pescam-se, entre outros, muitos peixes grandes, que são salgados e desse modo mandados para os engenhos, servindo de alimentação para o povo. Além do peixe ainda há como alimentação os crustáceos, que são apanhados em grande abundância nas margens dos rios, tanto em terra como na lama e nos pântanos. Os brasileiros e negros gostam muito de comê-los e servem-se deles até como sua principal alimentação. Também muitos da nossa nação não os acham maus. (MELO, 2010, p. 295-296).

O historiador e antropólogo potiguar Luís da Câmara Cascudo publicou *Jangada uma pesquisa etnográfica*, em 1957, oferecendo um passeio sobre a história de pescadores e suas embarcações. Os velhos mestres do ofício, no Rio Grande do Norte, foram para ele professores na jangada e coisas de pescarias. Cascudo conheceu esse sistema de pesca com uso do jirau no litoral nordestino e escreveu sobre o assunto:

Nas pescarias praieiras, nas redes que se estendem ao longo da costa, juntando dezenas de homens e uma multidão policolor de meninos ágeis, ergue-se nareia o girau, plataforma sobre estacas rudes, e lá em cima o Arrais, o mestre da visão, sabendo ver e acompanhar sob água transparente e trêmula a mancha dos cardumes itinerantes. E, sem falar, o Arrais guia o lanço da rede, fechando o cerco, agitando os braços, riscando no ar a móbil coordenada geográfica da piracema fugitiva. Ele vê a disposição estratégica da massa escura ou clara que se desloca sob a onda viva. O grosso do cardume é precedido por um grande grupo de batedores, os primeiros sacrificados mas também os defensores da espécie, batalhões nadando em forma de leque, os guias da família imensa que emigra para as funções da desova, abrindo caminho debaixo das vagas transparentes. Por último, no coice, fechando a retaguarda, a coluna de defesa posterior, em semicírculo, protegendo a retirada do grande exército silencioso." (CASCUDO, 2012a, p. 23).

O autor demonstra possuir conhecimento sobre o assunto e nos proporciona uma descrição bastante visual e realista da cena. Referindo-se ao século XVIII, retrocede, na paisagem, o mesmo elemento construtivo:

É o século do povoamento nordestino e decorrentemente a pescaria toma vulto e volume de alta monta. As jangadas enxameiam, acompanhando as piracemas, especialmente do pirabebe, o peixe -voador. Transporta sal para as salgas de carnes secas ao sol. Entrega o peixe no curso dos rios maiores que se tornam viáveis no tempo do inverno. É a fase em que nascem os povoados de pescadores em sua maioria, olhando a pancada do mar, o arrais no alto do girau, mirando a mancha negaceante dos cardumes. E também do plantio dos coqueirais que dariam à paisagem litorânea a moldura característica de sua ornamental presença. (CASCUDO, 2012b, p. 36).

Ao analisar o mapa de Marcgrave e suas ilustrações, o pesquisador descreve a paisagem em estudo e refere-se a essa estrutura de pesca. Informa e acrescenta a figura do "arrais", no alto do jirau, a comandar o serviço:

Na altura de Alagoas há um desenho de cena de pescaria possivelmente numa das lagoas toponímicas da região. Dez indígenas puxam uma rede bem visível no colar das boias de cortiça. Um outro, empoleirado numa armação de madeira, com tablado, defesa e escada, superintende o serviço, com a buzina na mão para a comunicação das ordens. É o arrais que ainda existe nas praias do nordeste, trepado no seu girau, dirigindo a tarefa dos pescadores próximos ao litoral quando passa a piracema das tainhas. (CASCUDO, 2012c, p. 41-42).

Acertadamente, o autor refere-se a uma lagoa toponímica da região, fato que nos remete aos atuais ambientes pesquisados no referido litoral, sejam eles Poxim e Jequiá, na altura de Coruripe, que poderiam indicar geograficamente a localização sugerida para a gravura de Frans Post no mapa. A presença de uma buzina em cena, durante a pescaria, não seria muito comum, uma vez que o silêncio para não espantar os peixes constitui necessária atitude de pescador.

A obra de Câmara Cascudo foi lançada em 1957, há sessenta e três anos. O pesquisador observa que essas estruturas dos jiraus, ou espias, ainda existiam nas praias do Nordeste. Sobre o mesmo tema, segue o autor em suas observações:

Este "arrais" e sua aparelhagem de torre de vigia e buzina dizem da presença europeia. Entre os indígenas anteriores a 1500 não havia pensamento para organização semelhante. Ela existia em Portugal. Na Holanda a pesca é, em sua maior percentagem, de mar alto. Não existe a figura do arrais. À margem está uma jangada com um mastro sem vela. Adiante, deixando o porto, navega outra, empurrada a vara e com uma vela aberta. (CASCUDO, 2012d, p. 41-42).

Em Portugal, conhecedor da vida marítima e estudioso da oceanografia, hidrografia, biologia e pescas portuguesas, além de militar da marinha, António Baldaque da Silva, natural de Lisboa, publicou em 1892 *Estado Actual das Pescas em Portugal*, livro ilustrado com centenas de gravuras dos mais variados apetrechos de pesca e embarcações pesqueiras utilizados de norte a sul de Portugal. Apresenta, em minúcias, as diversas modalidades de pesca marítima, fluvial e lacustre em cada região. Nenhuma referência ou desenho de algo semelhante ou ao menos parecido com as espias de pesca do litoral do Nordeste do Brasil, aqui apresentadas em fotografias e documentos iconográficos, pode ser encontrada na publicação. Caso essa técnica ou arte de pescaria existisse naquele país, certamente, não escaparia das observações atentas de Baldaque da Silva.

No dicionário Caldas Aulete, (1958, v.1, p. 478) o termo náutico quer dizer “mestre ou capitão de barco costeiro; Arrais de terra, o mestre que tem sob suas ordens os arrais de diferentes embarcações pertencentes ao mesmo dono ou companhia, e lhes determina o serviço.” Do árabe, ar-raiç (capitão).

Aqui no Brasil, José Veríssimo, jornalista, professor, crítico e historiador literário paraense, nos traz, em publicação de 1895, *A pesca na Amazônia*, um livro no qual realiza minuciosa descrição de técnicas e detalhes das artes de pesca artesanal utilizadas e do cotidiano da vida dos pescadores e populações ribeirinhas da Amazônia. Em certa altura do texto, escrevendo sobre a atividade dos pescadores nos igapós amazônicos, sob a floresta inundada, realiza a seguinte descrição:

Nessas águas calmas, escurecidas pela escassez da luz, espessas de aparência, se abriga na cheia o peixe, e é talvez ahi que principalmente procrea, desova e incuba. Acodem a ellas os pescadores, não em massa, como nas pescas descriptas, mas um a um, individualmente, a buscar o “mantimento” pr’a casa. Da canôa ou sobre um dos grossos troncos tombados, mergulha n’agua o caniço, ou espera, frecha no arco, o peixe. As mais das vezes, para que este não o perceba faz um “mutá” e de cima d’elle, comodamente sentado, pernas caídas no ar, arma pronta, cigarro nos queixos, pacientemente o aguarda. Dous páos fortes, perpendicularmente fincados, e paralellamente postos, palmo e meio ou dous palmos entre si, e pelos quaes, de espaço em espaço, amarraram com cipós ali mesmo colhidos, outros páos, à guisa de degráos, formam o “mutá”. As vezes duas arvores mais finas, juntas, dispensam-nos de parte do trabalho. Limitam-se a amarrar os degráos; Outras vezes a disposição especial de alguma outra arvore os livra de toda pena, ou desobriga-os della com a insignificante de pol-a a jeito de uma posição commoda em cima e de facil subida e descida para buscar o peixe e a frecha. Com poco, assistiremos a essa pesca.” (VERÍSSIMO, 1895a, p. 100-101).

O aproveitamento de algumas árvores com suas bifurcações naturais para a construção da rústica escada repete-se em alguns exemplares documentados em Alagoas, no Rio Jequiá, exatamente do mesmo modo construtivo amazônico descrito por Veríssimo em fins do século XIX. Figuras 6 a 8.

A descrição do “mutá”, realizada por Veríssimo, utilizada por pescadores na Amazônia, não deixa dúvidas de se tratar do mesmo tipo de construção representada na obra dos artistas holandeses no Nordeste do Brasil do século XVII. Igualmente, assemelha-se aos atuais remanescentes do equipamento, documentados por esta pesquisa para a pesca artesanal no litoral alagoano.

Um pouco adiante no seu texto, segue o pesquisador paraense acrescentando informações:

“A enchente é, como tenho dito, a razão da pequena pesca. Nessa quadra são principalmente os igapós, já vimos, os sitios mais abundantes em pescados e, portanto, os mais frequentados pelos pescadores. D’ahi de cima do mutá descripto, esperam com a sua proverbial paciencia o peixe para o frecharem. Essa operação difficilima, em que têm de levar em conta o Phenomeno da refração, a executam, tal a sua pericia dada por um longo habito e por aptidões hereditariamente transmitidas, com rara habilidade e simplesmente, sem lhe darem valor. Trepados no mutá, silenciosos, quietos, a frecha sobre o arco, rebusca-lhes o olhar affeito os peixes que vem ao pasto das fructinhas que de cima caem ou sem causa conhecida gandaiam isolados ou em grupos nas primeiras camadas daquelas aguas mansas. Para atrail-os, ao menos o creem fazel-o, os pescadores produzem com a boca certos sons, imitativos das vozes de determinados peixes, ou de ruído especial por elles produzido à flor d’agua. Aparecendo elles, varam-os com a frecha, certamente disparada, e curvando-se para a agua, agarrados ao mutá, com o mesmo arco, aproveitando o ângulo entre a extremidade da corda e da madeira pelo qual fizeram passar a frecha de bubuia com o peixe morto, o colhem. Sinão descem prestos e com a canôa ali junta o apanham. (VERÍSSIMO, 1895b, p. 111-112).

O dicionário Caldas Aulete, (1958, v. 4 p. 3403-3404) contém o seguinte significado para “mutá”, “s. m. (Bras., Amazônia) estrado feito no mato, e em que o caçador espreita a caça; Escada tôsca empregada pelos seringueiros para trepar às árvores. Também se diz muitá e mutã.”

Esse tipo de jirau ou espera para peixes, atualmente, documentado em fotografias, encontrado no sul litoral alagoano, corresponde, perfeitamente, ao análogo amazonense descrito por Veríssimo utilizado para a pesca na floresta inundada. Percebe-se que além de ser utilizada na pesca, a mesma construção rústica e versátil seria usada por caçadores na Amazônia para surpreender a caça, assim como servia de escada aos seringueiros para alcançar o alto das árvores.

2. ESTRATÉGIAS DE PESCA: SOBRE O PEQUENO CURRAL DE PESCA

O encontro de uma armadilha de pesca em forma de pequeno curral construído com varinhas, armado no leito de um rio do litoral sul alagoano, em abril de 2017, provocou surpresa e curiosidade. O fato desse tipo bem específico de armadilha para pesca encontrar-se em uso, atualmente, nesse espaço geográfico da costa nordestina, requereu algumas investigações. Figuras 21 a 24



Figura 21. Curral de pesca construído com varinhas no Rio Poxim, litoral alagoano. Foto do autor, 2017.



Figura 22. O mesmo curral de pesca no Rio Poxim. Foto do autor, 2020.



Figura 23. O mesmo curral de pesca no Rio Poxim. Foto do autor, 2020.

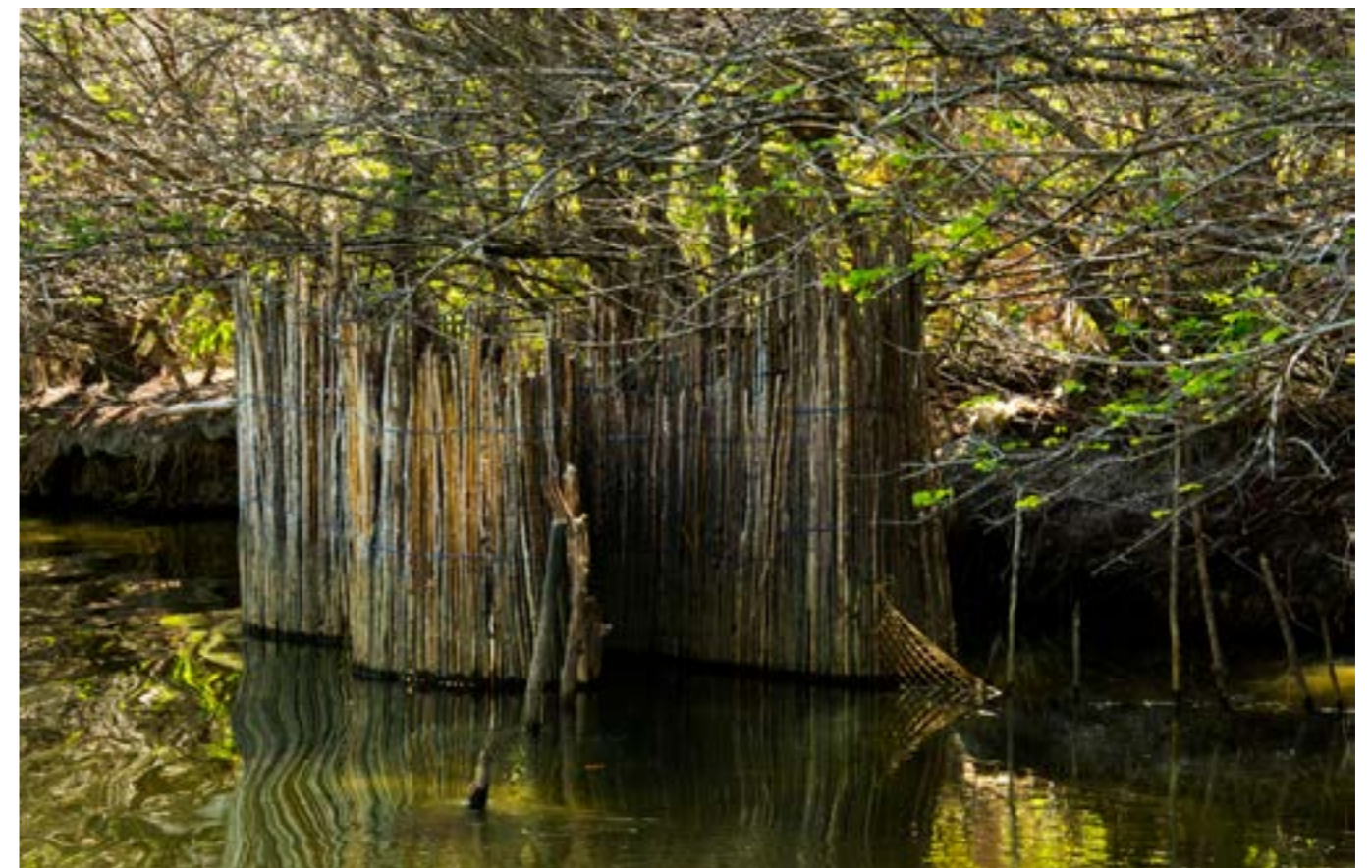


Figura 24. O mesmo curral de pesca no Rio Poxim. Foto do autor, 2020.

No Rio Poxim, em conversas e entrevistas informais com pescadores, ficou patente a existência, até 20, 30 anos atrás, de currais de pesca feitos com varas, maiores que o exemplar atual, informação esta a indicar que eram comuns naquela região. Essas armadilhas capturam grandes quantidades de peixe, podendo interferir na reprodução natural dos cardumes.

Segundo pescadores, na lagoa e no Rio Jequiá, existiam currais semelhantes ao do rio Poxim. Estes, consistiam em tamanho maior, e eram feitos, principalmente, com varinhas de cabotã, o mesmo material utilizado para os jiraus de pesca com tarrafa, presentes atualmente naquela paisagem. Os currais chegam a durar 4 ou 5 anos. Para construí-los, monta-se, inicialmente, uma esteira no chão, para depois fixá-la no fundo do rio.

Em ilha pertencente ao Baixo Rio São Francisco, próximo à sua foz, em janeiro de 2020, esta pesquisa teve oportunidade de localizar e documentar um pequeno curral, construído com talas de piaçava, no lado sergipano de Brejo Grande. Figura 25 e 26.



Figura 25. Camboa, uma armadilha para peixes, armada em ilha no Baixo Rio São Francisco. Confeccionada com a raque das folhas de piaçava, palmeira nativa da região. Encontra-se fixada entre caules de aninga (planta aquática). Foto do autor, Sergipe, 2020.



Figura 26. Camboa, uma armadilha para peixes, armada em ilha no Baixo Rio São Francisco. Confeccionada com a raque das folhas de piaçava, palmeira nativa da região. Encontra-se fixada entre caules de aninga (planta aquática). Foto do autor, Sergipe, 2020.

Fixada no chão por entre os caules de aninga-açu, arbusto aquático nativo da região Amazônica e da costa leste do Brasil, abundante nas margens do rio, a armadilha encontrava-se, naquele momento, com sua porta (em esteira) aberta para entrada de peixes, recolhida em um dos lados. Nesse caso, assim como no curral anterior do Poxim, torna-se possível, então, identificar o que seria um pano de pari, a mesma estrutura descrita por Veríssimo na Amazônia do século XIX. A começar pelo nome, uma herança indígena.

Dentro da armadilha, os pescadores colocam isca de coco em pedaços ou de mandioca. Os peixes comem a isca e o pescador percebe quando o curral está cheio deles, fechando a entrada. Raras de ser encontradas, atualmente, informações de pescadores em Piaçabuçu apontam que eram comuns naquela região do Baixo São Francisco, em seus diversos braços e ilhas. Pegavam muito piau, peixe de água doce, além de outros peixes. Os pescadores locais chamam de cambôas a esse tipo de armadilha.

Qual seria a origem desse tipo de armadilha?

Antônio da Câmara Cascudo in *Civilização e Cultura Pesquisas e notas em Etnografia Geral*, publicado em 1983, ao referir-se à história da humanidade, tece comentários sobre o desenvolvimento da pesca pelo homem:

Como teria começado a pesca? Certamente não fora de anzol. Na segunda metade do século XIX, Karl von den Steinen não os vê no Brasil Central nem Livingstone ou Stanley na África. Pescam de flechas, arpão, barragens, armadilhas. A camarada onça sempre pescou a patadas. Os anzóis e redes surgem na América posteriores às barragens de pedras e conchas, e os diques nos estreitos dos rios ou caminho escoador das águas, estrada de escapamentos dos peixes em piracema ou grupos na desova.

Quando apareceram as redes de pesca? Creio que foram anteriores aos anzóis. A rede de caça parece-me anterior à de pesca, aquela sugerindo esta. As armadilhas iniciais para pesca foram as barragens e diques nos lugares estreitos das correntes fluviais, destinadas apenas a retardar a velocidade da fuga. E os lugares barrados deviam ser rasos

As armadilhas com entradas fáceis e saída impossível, prendendo o peixe, teriam aparecido quando o homem (ou a mulher) dominava a arte de tecer juncos, vergôntes flexíveis, bambus, enfim, fazer a vasilha trançada, precursora do vaso cerâmico. Mais racional obstruir um caminho habitual de peixes que inventar o anzol e armar as barragens. (CASCUDO, 1983a, p. 308).

A primeira pesca consistiria na colheita de crustáceos e moluscos, marítimos ou fluviais, para isso precisando apenas curvar-se para apanhar.

Naturalmente as armadilhas iniciais desfizeram-se porque o material era putrescível. Assim como não podemos afirmar desde quando a madeira fora utilizada pelo homem para utensílios, da mesma forma uma armadilha pré-histórica é uma raridade ou fica no campo da hipótese racional. (CASCUDO, 1983b, p 309).

O encontro do pequeno curral de pesca alagoano tornou necessário pesquisar sua existência em outras partes do Brasil. José Veríssimo em *A Pesca na Amazônia, 1895*, ao citar e descrever os mais diversos meios utilizados por pescadores da Amazônia para a captura dos pescados, explica como são feitos alguns aparelhos:

Applicam-se uns a certos e determinados peixes, outros, indeterminadamente, a toda sorte delles. São as armadilhas diversas, a porção principal e eficiente destes últimos. Das armadilhas as mais notáveis, por mais productoras, são o cacuri, os cercados, as cambôas. O elemento principal da construção dessas armadilhas é o pari. O pari é um pano de talas, chatas, de um ou dous dedos de largura, tiradas e afeiçoadas do tronco, da palmeira marajá (*Bactris marajá*) principalmente. Essas talas ou taboinhas são ligadas por fios de alguma fibra vegetal, tucum (*Astrocarium*), curauá (*Mauritia carauá*), sipós ou embiras, entrelaçando-se ora sobre as talas de modo a mantel-as juntas, como as hastes de uma esteira de tabúa ou as delgadas varinhas de um transparente. Fazem-o as vezes, mas raro, também de varas delgadas, direitas, lisas ou mesmo de juncos fornecidos por alguma gramínea. A matéria empregada na construção do pari, e a sua maior ou menos solidez dependem naturalmente do uso que lhe pretendem dar. Conforme a altura da cerca e a resistência que deve offerecer, assim ligam-lhes as varas em duas ou três carreiras de fios. (VERÍSSIMO, 1895c, p. 112-113).

Esse elemento construtivo do pari destaca-se em seu modo construtivo, uso e versatilidade, como se pode perceber no texto. Segue Veríssimo em suas preciosas explicações:

O cacuri é uma tapagem especial, também feita nestes mesmos sítios, para apanhar os peixes que por elles sae, procurando águas mais profundas. A tapagem simples, com o pari estendido de lado a lado, servirá para reter o peixe tanto tempo quanto queiram, durante o verão, no lugar cuja saída assim vedaram. Dest'arte fazem-se ali um deposito fácil, commodo, farto, onde vão buscar peixe, com a facilidade com que, em ums cidade confortável, iriam ao mercado. O cacuri este mesmo trabalho lhes diminue, recolhendo em menor espaço, pertinho da casa, copioso pescado que muitíssimas vezes um cesto na mão de uma mulher ou uma criança basta para colher, à vontade, e à escolha. Em todo o interior, todo elle abundante de igarapés e pequenos lagos, repletos de peixe, cada sitio, cada fazenda, cada situação, tem junto uma tapagem ou um cacuri, fazendo-lhes um copioso e descansado viveiro ali à mão [...]. (VERÍSSIMO, 1895d, p. 114-115).

[...]. O cacuri é construído com dous ou três panos de pari, conforme o armam tomando toda a largura entre as duas margens ou meia largura apenas, encostando-o a uma única. A primeira forma é a mais commum e a mais productiva, mas não pode ser usada sinão em aguas inteiramente particulares, não aproveitadas pela serventia publica ou do próprio estabelecimento. Quando não é possível inutilizar totalmente o canal, o cacuri vae apenas ate o meio delle, deixando d'ahi à oposta margem o espaço sufficiente a passagem de uma canôa. Esta passagem não fica aberta, o que tornaria inútil o cacuri.

É fechada por um panno móvel de pari, que a guiza de porta que gira, não sobre gonzos, mas sobre os amarrilhos de sipó ou embira que o prendem ao esteio que lhe serve de couceira. Outro esteio serve-lhe de batente. Quem tem de passar desamarrado deste e passado que seja amarrado de novo, fechando a passagem. (VERÍSSIMO, 1895e, p. 115).

[...]. A favor da corrente vem o peixe; dando com o obstáculo do cacuri procura salvar-o, descobrindo alguma saída. Percorre, nariz nella, a esteira formada pelo pari, dá com aquella abertura, e contente por ella penetra. A frincha ligeiramente aberta consente-lhe metter a ponta da cabeça, e ajudado pela força da corrente, cúmplice da armadilha, que redobra a sua, consegue forçar a entrada. Está preso, pois para sair a corrente, que lhe foi auxilio, ser-lhe-á obstáculo, dado o caso, pouco provável, que elle descobrisse a linha escassa do ângulo agora saliente, por onde entrou. Daquelle ponto alias, o afastam as arestas das talas, e a corrente ali mais forte, e busca saída impossível pelos lados do cacuri. (VERÍSSIMO, 1895f, p. 116-117).

O pesquisador alerta que é sempre perigoso penetrar nos cacuris, pois além de inofensivos peixes, também caem neles jacarés, arraias, puraquês, “*todos de encontro perigoso*”. Para o termo “camboa”, alguns empregos durante a pesquisa puderam ser observados em uso no litoral.

Baldaque da Silva, em seu livro *Estado Actual das Pescas em Portugal* (publicado em 1892), apresenta as armadilhas denominadas camboas, existentes naquele país, construídas com pedras:

Cambôas: Junto à costa marítima, em sítios pedregosos, formam os pescadores recintos murados, com pedras soltas, alagados no preamar para onde podem entrar as espécies costeiras com o fluxo da maré, ficando na baixamar completamente cercadas, e portanto á mercê de uma apreensão fácil e segura, mesmo à mão, no caso do fundo descobrir, ou com pequenas redes de arrastar, quando ainda fica alguma agua dentro do espaço limitado pelos muros.

A estas intallações permanentes de pesca dão o nome de cambôas, sendo o seu uso também muito antigo. Em diferentes pontos da costa do continente há cambôas, algumas bastante piscosas, que se prestam da pesca a pé, quando o estado do mar não se apresenta tempestuoso. (SILVA, B., 1892, p. 327-328).

No Brasil, sobre essas estruturas para pesca muradas com pedras, José Veríssimo realiza comentários e a descreve em utilização na Amazônia, em fins do século XIX:

A cambôa, nome e cousa portugueses, é a tapagem feita em alguma bacia pedregosa, que fecham mediante um muro das mesmas pedras superpostas, e, quando estas não bastam, alguns pannos de pari. (VERÍSSIMO, 1895, p. 114).

Nesse aspecto, sobre a origem da camboa de pedras, contraria a conclusão do pesquisador paraense uma publicação de 1944, do *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia – n°4, sob o título “*Os Elementos Culturais da Pescaria Baiana*”, assinada por C. F. Ott. Em certa parte do texto, observa o autor:

Não foi tão somente na Bahia que os índios construíram tais camboas de pedra. Claude d’Abbeville refere o mesmo dos Tupinambá do Maranhão, e entre muitas tribos do interior do país, tais diques de pedra eram conhecidos. Karl Von Den Steinen observou entre os bacairi, que então ainda estavam na idade da pedra, como construíram camboas no rio, empregando mais perto da margem pedras e, no meio da correnteza estacas fortes. José Veríssimo enganou-se quando afirmou que esta tapagem é de origem portuguesa. Ainda que em Portugal haja tais camboas feitas de pedra – o que não pudemos verificar por não têmos em mãos toda a literatura portuguesa correspondente – podemos considerar o cercado de pedra como elemento cultural ameríndio. (OTT, 1944, p. 42-43).

Essa mesma terminologia de cambôa é utilizada, no litoral nordestino, curiosamente para designar dois outros elementos distintos no ambiente da pesca artesanal.

Uma delas, exatamente, corresponde à armadilha documentada no Rio São Francisco, ali chamada por pescadores de cambôa. Esse exemplar de armadilha de pesca é bem distinto da homônima construção de pedras. Todas as características construtivas desse pequeno curral fluvial apontam para uma tradição indígena transferida por gerações. Na realidade, nomes e formas de armadilhas artesanais de pesca variam muito conforme a região ou lugar.

O outro emprego do termo camboa ou gamboa, utilizado no litoral nordestino, refere-se a alguns esteiros, braços de rio ou de mar, áreas internas aos manguezais, que enchem na preamar e ficam secos na baixamar. No entanto, algumas dessas áreas, mesmo com a baixamar, mantêm parte da água, servindo de refúgio para cardumes de alevinos. Essas camboas, ou gamboas constituem importantes áreas de reprodução para as espécies.

Em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Gabriel Soares de Souza descreve um tipo de pesca para a tainha praticada pelos índios na Bahia, em ambientes de esteiros:

E de noite, com águas vivas, as tomam os índios com umas redinhas de mão, que chamam puçás, que vão atadas numa vara arcada; e ajuntam-se muitos índios, e tapam a boca de um esteiro com varas e ramas, e como a maré está cheia tapam-lhe a porta; e põem-lhe as redinhas ao longo da tapagem, quando a maré vaza, e outros batem no cabo do esteiro, para que se venham todas abaixo a meter nas redes; e desta maneira carregam uma canoa de tainhas, e de outro peixe que entra no esteiro. (SOUZA, 1587d, p. 285).

3. A REDINHA DE PESCA: O JERERÉ

As fotografias mostram a utilização do jereré, um tipo de rede, utilizada no litoral sul alagoano. Em Jequiá, é utilizada para capturar camarão sob a grama, no fundo do rio e da lagoa. Possui formato parecido ao do jereré encontrado no Rio São Francisco, em Piaçabuçu, ali, também usado para pescar o camarão pitu. A madeira da qual se faz o arco da estrutura pode ser encontrada na própria margem do rio. Figuras 27 a 30.



Figura 27. Pescador com o jereré, rede para pescar camarão. Rio São Francisco, Piaçabuçu, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 28. Pescador com o jereré, rede para pescar camarão. Rio São Francisco, Piaçabuçu, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 29. No Rio Jequiá pescadores utilizam o jereré para pescar camarões de água doce. Ao fundo, espigas, ou esperas para peixes. Foto do autor, Alagoas, 2020.



Figura 30. No Rio Jequiá, Alagoas, pescadores utilizam o jereré para pescar camarão de água doce. Foto do autor, 2020.

Bastante versátil, o jereré pode também ser usado para pescar siri, pequenos peixes, ou para retirar o excesso de areia na coleta do marisco. Na verdade, entre os pescadores e na cultura popular, a nomenclatura pode variar com o objeto, a depender do lugar ou região. Figuras 31 e 32.



Figura 31. Puçá para peixes, Aldeia indígena Santa Rita, Baía da Traição, Paraíba. Foto do autor, 2019.



Figura 32. Jereré para pescar camarão em Gongaçari, pequena comunidade de pesca à margem do Rio Goiana. Foto do autor, Paraíba, 2020.

Outros tipos de redinhas podem igualmente ser chamadas de jereré, além de possuírem outros nomes, como é o caso da ticuca ou landuá. Ticuca, assim é conhecida a rede utilizada por mulheres pescando siri na margem do Rio Poxim, em Alagoas. Figuras 33 a 35.



Figura 33. Mulheres pescando siri na margem do Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 34. Mulheres pescando siri com a ticuca, Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 35. Pescadoras de siri utilizando a ticuca. Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2017.

O formato do jereré usado por jangadeiros e pescadores do Rio Grande do Norte na pesca do peixe voador, descrita pelo pesquisador Luís da Câmara Cascudo, em seu livro *Jangada – Uma pesquisa etnográfica* (1957), parece diferenciar-se, em construção, em relação aos objetos alagoanos vistos e fotografados em uso:

O Voador desce em piracema longe da costa, mar aberto onde o tauaçu não toma pé. E pescaria de perau, jangada solta, descaindo com o vento ao lento empuxo d'água faiscante. O cardume nada tão longe que no comum a jangada larga a meia-noite para alcançar o Voador onze a doze horas depois. Uma jangada recolhe 4.000 a 5.000 peixes por dia. O bote vai de 15.000 a 25.000. Um milheiro vale Cr\$ 800,00 atualmente. Alcancei valendo vinte mil-réis e diziam-no pela hora da morte. A pesca é unicamente de jereré, rede triangular, com 40 e poucos centímetros, parecendo uma raqueta de tênis.

Quando a jangada chega, espalha-se a isca, atirando na água tripa de peixe ou óleo de cação ou de tartaruga. Espalha-se a nódoa e o Voador aparece, roncando, saltando, enchendo o mar. Taca-se o jereré até cansar a munheca. O trabalho é mergulhar o jereré e trazer o Voador para a jangada até enchê-la, abarrotando-a de montes palpitantes que se estorcem e rabeiam, tentando ganhar o mar. (CASCUDO, 2012e, p. 7).

O Voador é o peixe do pobre, assado ou cozido com leite de coco, acompanhado de farófia seca ou simples farinha de mandioca. Viaja para o alto sertão. É o mais popular, democrático e proletário dos pescados há mais de quatrocentos anos. (CASCUDO, 2012f, p. 7-8).

Melhor descrição do objeto realiza o autor em seu livro *Jangadeiros*, igualmente publicado, em 1957, quando escreve sobre o jereré como sendo uma pequena rede triangular, armada em três paus, com um cabo para segurar. (CASCUDO, 1957, p. 24). Essa rede triangular eliminaria o arco de madeira visto no modelo alagoano. Durante a pesquisa, não surgiu oportunidade para investigação em campo sobre a rede potiguar.

4. TERRITÓRIOS DA PRÁTICA: GOIANA E REGIÃO

Um dos núcleos mais antigos de colonização no Nordeste brasileiro, a região geográfica de Goiana, nos tabuleiros costeiros da Zona da Mata, constituía, à época do primeiro contato com europeus, espaço e território indígena habitado por diferentes povos.

A doação de sesmarias às margens dos rios Tracunhaém e Capibaribe-Mirim, a partir de meados do século XVI, provocou a ocupação por colonizadores portugueses daquelas áreas interiores da capitania, instalando-se a indústria do açúcar. Em Goiana, por onde passam esses rios, vários engenhos surgiram dessas sesmarias, sob forte resistência indígena. (ALBUQUERQUE, 2011. p. 27)

Os engenhos de açúcar eram instalados, preferencialmente, às margens dos rios, que serviam tanto como força motriz para mover as moendas de cana, como de caminhos e estradas para o transporte do produto. Em caixas de madeira, o açúcar era transportado por embarcações através dos rios até o litoral e em direção ao porto do Recife, onde seria embarcado para a Europa. (GOMES. 2006. p. 17)

No âmbito da expansão marítima, o controle sobre a igreja por parte da monarquia portuguesa, através da política do Padroado, justificava o projeto dos missionários jesuítas no Brasil, com o objetivo de converter os índios.

A conversão implicava em provocar uma mudança completa na vida dos índios e os ensinamentos dos dogmas cristãos. Uma política linguística foi adotada pelos jesuítas desde a sua chegada ao Brasil em 1549, como primordial para a estratégia missionária. Rapidamente, alguns padres adquiriram com relativa facilidade uma comunicação com os índios em sua língua Tupi. Posteriormente, o trabalho linguístico se intensificou com a constituição de uma gramática brasílica, por José de Anchieta, criando uma língua de comunicação entre jesuítas e índios, tornando-se a língua geral mais utilizada na costa do Brasil. O “Colégio” de Olinda configurava o núcleo do mundo jesuíta em Pernambuco.

O historiador português e jesuíta Pe. Serafim Soares Leite, em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ordem religiosa a qual pertencia e dedicou-se a pesquisá-la desde a chegada dos inicianos ao Brasil, até a sua expulsão durante as reformas pombalinas em 1759, redigiu monumental obra composta por 10 volumes, além de outros títulos.

O pesquisador informa que, em 1592, eram oito as aldeias jesuítas de Olinda, sendo uma na Paraíba e sete nas capitanias de Pernambuco e Itamaracá. Goiana aparece pela primeira vez nos Catálogos da Companhia de Jesus naquele ano de 1592, com o nome de “*Aldeia de Guena*”. Em 1606, com o de “*Gayana*” e era já residência estável com dois Padres, Diogo Nunes, Superior, e o Pe. André de Soveral. Figura 36.

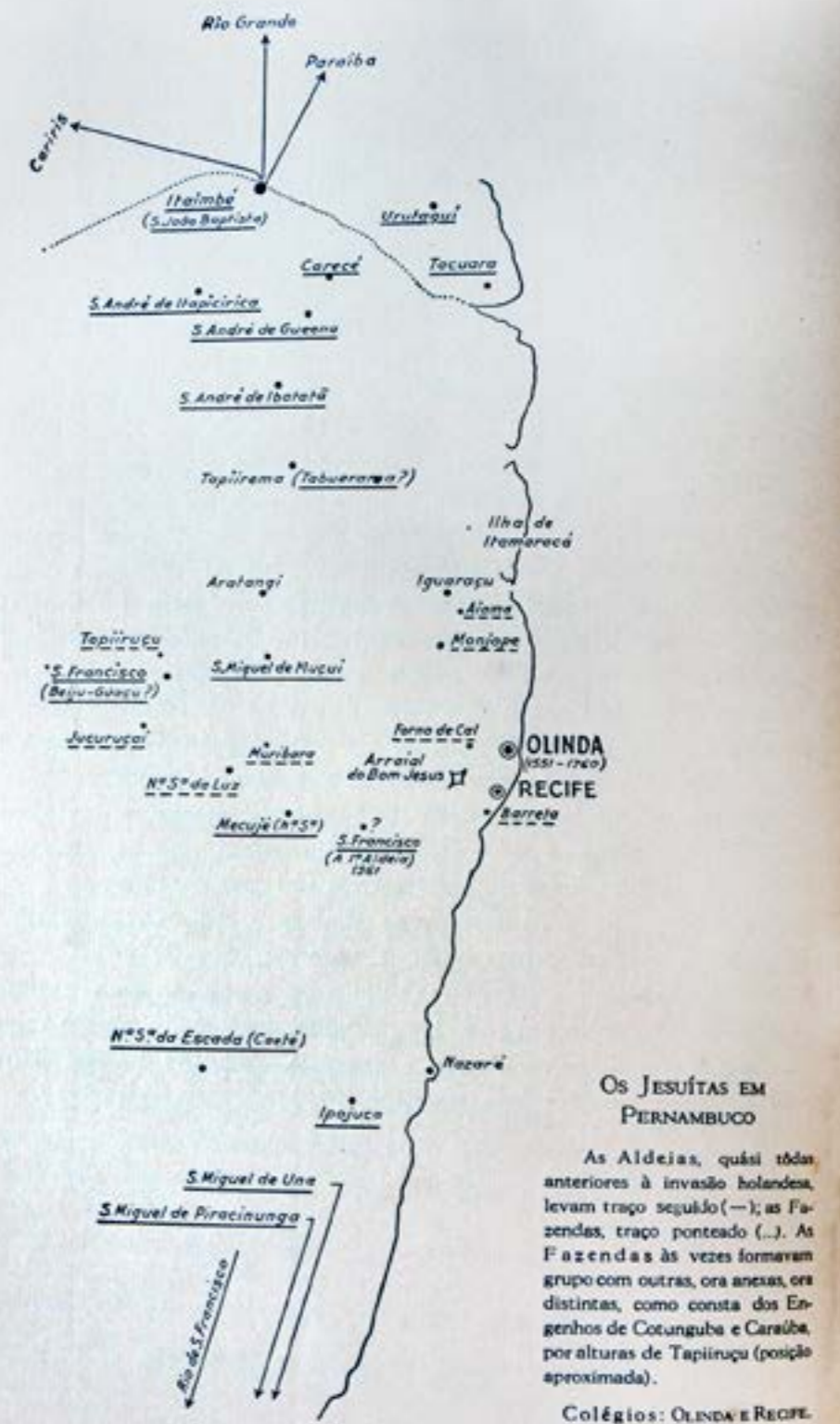


Figura 36. Mapa das aldeias jesuítas no litoral nordestino (grifo contínuo), anteriores à invasão holandesa. Fonte: LEITE, Antônio Serafim. 1938-1950 10v Tomo V. p. 390

de Índios missionados pelos Padres da Companhia em 1612. Dois anos depois, São João Batista é nomeado seu orago. Essas aldeias do norte ficaram todas isoladas pelos holandeses com a conquista da Paraíba e a tomada do Arraial do Bom Jesus em 1635. Foram cativos ou exilados os padres que nelas se encontravam.

Em 1610, era a seguinte a disposição das missões jesuítas em Pernambuco, segundo mapa de localização de aldeias, fazendas e engenhos extraído da publicação:

Ao sul, a 10 ou doze léguas de Olinda, a Aldeia de Escada; daí, seguindo para o norte, a 7 léguas, São Miguel. Depois, uma, de três em três léguas, até Santo André de Goiana e S. João Batista de Itambé ou Itambé. Fazia parte deste grupo a Aldeia de Nossa Senhora. (LEITE, 1938-1950 10 v. Tomo V p. 333).

Prossegue o texto com a informação de que “Três aldeias há em Pernambuco potiguaras, a saber, Santo André ou Ibitatã, Aldeia de Nossa Senhora, por outro nome de castelhano, e a de São Francisco ou Beiju Guaçu.” (LEITE, 1938-1950, 10 v. Tomo V p. 333).

Sobre essa mesma *aldeia de Beiju Guaçu*, consta, segundo o historiador, que, em 1621, reunia alguns quatro milhares de arcos. Pode-se observar, no mesmo mapa, a existência de diferentes aldeias com a designação de São Miguel.

Os aldeamentos de catequese definidos como *Taquara e Urutaguí*, vistos no mapa próximos à *Gueena e Itaimbé*, localizados mais à leste naquela mesma região e em direção ao litoral, assim como ocorreu com Goiana e Itambé, transformaram-se em núcleos urbanos.

Urutaguí, também conhecido por Arataguí, denominação de aldeia indígena, originou o município de Alhandra, na Paraíba. O de Taquara possui ainda hoje a mesma denominação, corresponde a um distrito do município paraibano de Pitimbu, Paraíba, localizado na divisa com Pernambuco. Invocava o orago de Nossa Senhora da Assunção.

Dois séculos após o período que antecedeu a ocupação holandesa, um viajante, industrial e negociante francês, Louis-François de Tollenare, em passagem por esta região entre Pernambuco e Paraíba, escreve em suas observações publicadas em *Notas Dominicaes 1816, 1817, 1818*:

“De Goyanna á Parahyba ha 13 léguas (ou 28 do Recife). Atravessa-se o povoado de Dous Rios, onde não ha dous rios e sim uma feira de gado cada semana. Encontra-se a aldeia indigena de Alhandra, que pôde conter de 500 a 600 habitantes. Já disse que estes Índios tem uma administração particular. Admittiram entre elles alguns mestiços e mamelucos. Entre Goyanna e a Parahyba ha muitos engenhos. (TOLLENARE, 1816 a, p. 148-149).

Um pouco antes de Tollenare, o viajante Henry Koster, cidadão filho de ingleses, nascido em Lisboa, viveu em Recife e em Itamaracá, onde morou no engenho Amparo. Conheceu Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em longas viagens a cavalo entre 1810 e 1811. Seus registros escritos constituem ricos documentos sobre diversos assuntos: a população, a paisagem, hábitos e costumes, os engenhos, as personalidades, entre outros. Em *Viagem ao Nordeste do Brasil*, livro que reúne suas anotações, Koster, bom conhecedor da região de Goiana, apresenta o seguinte relato sobre a aldeia de Alhandra:

Pela manhã partimos para Goiana, a sete leguas daí, passando por Alhandra, aldeia indigena, contendo cerca de seiscentos moradores. Esse povoado não é construído regularmente como os outros que tenho visto. Em vez de uma praça, com casas em cada lado, ele é formado pelas ruas, e ainda que a praça tenha sido conservada, nada lembra as demais povoações indígenas. Os índios de Alhandra, pela sua proximidade a Goiana, cerca de tres leguas, não são tão puros como os que vivem distanciados de uma grande cidade. Eles admitem no seu meio os niam.alucos e mestizos. (KOSTER, 1810,p.90).

A foz do rio Goiana não passaria despercebida por Tollenare, em anotações de suas primeiras impressões ao chegar a Pernambuco em novembro de 1816:

Navegamos todo o dia a curta distancia da costa, reconhecendo a entrada do pequeno rio Goyanna a Ponta de Pedras, o rio de Iguarassú e a interessante ilha de Itamaracá, que contem quatro bellos engenhos e escapou de ser a séde do domínio hollandez no Brasil. Vimos um grande numero de baleias. (TOLLENARE, 1816b, p. 20).

E’ nas pequenas angras que bordam a costa nas vizinhanças de Itamaracá até á Parahyba, que se faz o contrabando do pau-brasil; dizem-no fácil, não havendo ali quasi nenhuma tropa, ou antes, asseguram, sendo os officiaes accesiveis á sedueção. (TOLLENARE, 1816c, p. 21).

Interessante observação realiza o autor sobre o avistamento de um grande número de baleias nessa costa, o comentário indica a exuberância natural dos mares nas primeiras décadas do século XIX. Segundo Gabriel Soares de Souza, pirapuã, nome dado pelos indígenas à baleia, “pode traduzir-se em peixe redondo ou “peixe-ilha.” (SOUZA, 1587e, p. 199).

Em outubro de 2017, foi realizada pelo autor deste trabalho a primeira exploração de barco ao Rio Goiana, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, acompanhado e guiado pelo pescador Gilvan Gomes da Silva, conhecido como “Neno”, morador na praia da Pontinha, em Acaú (Pitimbu), no lado paraibano da fronteira. Formado pelo encontro dos rios Sirijí, Tracunhaém e Capibaribe-Mirim, o Rio Goiana possui cerca de 19 km de extensão até a sua foz, dos quais ao longo de 10 km estabelece a fronteira entre os dois estados. Figuras 37 a 40



Figura 37. O pescador segura a linha com a própria mão. Rio Goiana, Pernambuco. Foto do autor, 2020.



Figura 39. Mulher pescadora remando o seu barco no Rio Goiana, Paraíba. Foto do autor, 2020.



Figura 38. Pescador no Rio Goiana, Pernambuco. Foto do autor, 2020.



Figura 40. Aratús, pequenos caranguejos na margem do Rio Goiana, Pernambuco. Foto do autor, 2017.

Margeando os manguezais, alguns aspectos ou práticas de pesca artesanal ali puderam ser conhecidos e documentados. Entre estes, cercas de varas para a “pesca de alagado” ou de “camboa”. As extensas redes de camboa, como são chamadas, são tingidas com a entrecasca do mangue gaiteiro ou vermelho, com pigmento vermelho, como explicam os pescadores locais, e são instaladas nas margens do manguezal, de acordo com a maré, como mostram as fotografias. Estas redes de podem variar entre 200 e 500 m. de comprimento. Peixes como bagre, tainha e camurim entram pelas camboas com a maré alta. Figuras 41 a 44.



Figura 41. Cerca de varas para a pesca de “alagado” ou de “camboa” no Rio Goiana, Paraíba. A extensa rede encontra-se recolhida ao chão, sendo instalada de acordo com a maré. Foto do autor, 2017.



Figura 42. Cerca de varas para instalação da rede de “camboa”, de acordo com a maré, no Rio Goiana, Pernambuco. Foto do autor, 2017.

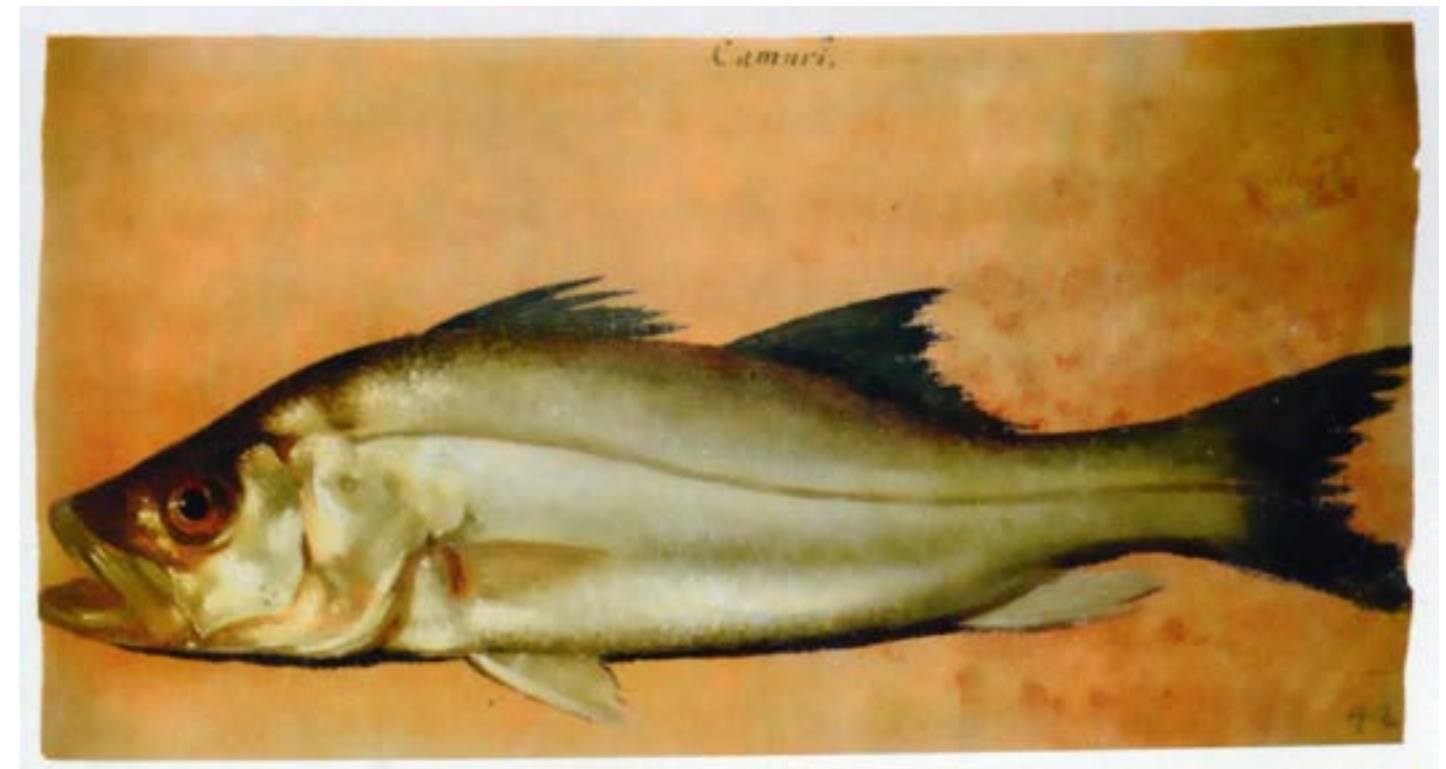


Figura 43. *Camuri*, A. Eckhout, óleo sobre papel, 17 x 33,3 cm. Fonte: BRIENEN, Rebecca Parker, 2010. p. 239.



Figura 44. No Rio Goiana as redes de camboa são tingidas com o pigmento de mangue gaiteiro, ou mangue vermelho. Gongaçari, Paraíba. Foto do autor, 2017.

A comunidade ribeirinha de Gongaçari, de pescadores artesanais, localiza-se à margem do rio Goiana, fazendo parte do município paraibano de Caaporã. Inserida em área de proteção ambiental denominada Reserva Extrativista Acaú-Goiana, criada em 2007, unidade de conservação gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio. Compreende área de 6.678 hectares, entre os municípios de Caaporã (PB), Pitimbú (PB) e Goiana (PE). Figuras 45 a 47.



Figura 45. Vista da comunidade de pesca Gongaçari, Paraíba, margem do Rio Goiana. Foto do autor, 2020.



Figura 46. Vista da comunidade de pesca Gongaçari, Paraíba, margem do rio Goiana. Foto do autor, 2017.



Figura 47. Placa na Reserva Extrativista Acaú-Goiana. Comunidade Gongaçari, Paraíba. Foto do autor, 2020.

Segundo o Portal do Instituto, Reserva Extrativista Acaú-Goiana possui como principal objetivo proteger os meios de vida e garantir o uso e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista das comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo, Baldo do Rio Goiana, Caaporã e Acaú, entre outras, incidentes em sua área de abrangência. Não obstante a isso, canaviais e indústrias localizam-se próximos à margem do Rio Goiana, em forte contraste. Figura 48.



Figura 48. Indústria de cimento instalada nas proximidades do Rio Goiana, Paraíba. Foto do autor, 2020.

Nessa comunidade de Gongaçari, em um dos abrigos de pescador, diversas armadilhas, redes e apetrechos puderam ser vistos e documentados. Covos para capturar camarão, confeccionados em tamanhos e materiais diferentes; puçás, com redes atadas a arcos retorcidos de madeira; samburás em diferentes formatos; tarrafas. O “jiqui” é feito com taliscas da folha do dendezeiro, utilizado para pescar camarão. Viveiro para colocar o camarão vivo de um dia para o outro. Figuras 49 a 51.



Figura 49. Abrigo de pesca em Gongaçari, comunidade na margem do Rio Goiana. Percebe-se vários tipos de rede, armadilhas e apetrechos de pesca artesanal. Dois jererés com suas varas arcadas encontram-se penduradas. Abaixo, covos, armadilhas para pegar camarão. Foto do autor, 2017.



Figura 50. No mesmo abrigo de pesca, viveiro para conservar camarões vivos dentro d'água. Gongaçari, Paraíba. Foto do autor, 2017.



Figura 51. No abrigo de pesca, jererés, redes e covos, estes últimos confeccionados com diferentes materiais, naturais e sintéticos. Comunidade de pesca Gongaçari, Rio Goiana. Foto do autor, 2017.

Ao visitar outra vez a comunidade em agosto de 2020, duas armadilhas adicionais puderam ser registradas. Tratava-se da pitimbóia, armadilha especial para capturar o amoré, um peixe que vive no mangue, assim como um covo específico para a captura do mesmo peixe. Figuras 52 e 53.



Figura 52. Pitimbóia, armadilha para capturar o amoré, peixe do mangue. Esta armadilha foi o único exemplar encontrado durante a pesquisa de campo. O cabo subdivide-se em três hastes para fixar o arco com a rede. Segundo o pescador, coloca-se uma isca de mandioca no saco vermelho pendente acima da rede. Gongaçari, Paraíba, Rio Goiana. Foto do autor, 2020.



Figura 53. Covo específico para capturar amoré, um peixe do mangue. Comunidade de pescadores de Gongaçari, Paraíba, no Rio Goiana. Foto do autor, 2020.

Outra pequena comunidade de pesca localizada à margem do Goiana é a de Barreirinha, esta fotografada apenas a distância, a partir do rio. Figura 54.



Figura 54. Comunidade de pesca Barreirinha, Paraíba, localizada à margem do Rio Goiana. Foto do autor, 2017.

As trempes de madeira, uma espécie de tripé, encontradas e fotografadas no rio Goiana, possuem aspecto caracteristicamente indígena. São sempre montadas nas margens dos rios com objetivo de atrair peixes e armar as redes de pesca, servindo, também, para a pesca de “batida” ali praticada. Figuras 55 e 56.



Figura 55. Trempe, estrutura fixa utilizada para auxiliar a pesca. Rio Goiana, Paraíba. Foto do autor, 2017.



Figura 56. Trempe em primeiro plano, e cerca para instalação da rede de camboa, no Rio Goiana, Paraíba. Foto do autor, 2017.

Segundo informações do pescador Gilvan Gomes da Silva, ali, no Rio Goiana, os currais de pesca foram proibidos. Anteriormente, ele bem conheceu. Existiam três feitos com varas de imbiriba e cabatã. Esta importante informação nos indica e revela a existência recente de pequenos currais com características semelhantes aos existentes no sul de Alagoas, dessa vez entre Paraíba e Pernambuco.

No município de Goiana localiza-se a vila de pescadores de Atapuz, no estuário do Rio Itapessoca. Ligada ao histórico distrito de Tejucofapo e próxima à Barra de Catuama, igualmente comunidades pesqueiras. A praia de Atapuz fica entre o canal de Santa Cruz e a ilha de Itapessoca ou do Celeiro, avistando-se, adiante, o pontal da Ilha de Itamaracá. Figura 57.



Figura 57. Vista à partir da vila de pescadores de Atapuz, localizada no estuário do Rio Itapessoca, município de Goiana, Pernambuco. Foto do autor, 2019.

A tranquila comunidade de Atapuz possui como principal atividade econômica a pesca da manjuba ou manjubinha, pititinga, piquitinga, um pequeno peixe que, naquelas águas, se reproduz em abundantes cardumes. Pescados em redes, chegam a encher os barcos dos pescadores. Os jiraus, na areia da praia, feitos com varas presas a estacas de madeira, secam ao sol, principalmente, a manjuba e outros pescados para serem comercializados, além de serem salgados. Servem, também, para consertar as redes de pesca. Figuras 58 a 60.



Figura 58. Em Atapuz, pesca da pititinga. Foto do autor, 2017.



Figura 59. Em Atapuz, Goiana, jiraus para secar o peixe previamente salgado. Foto do autor, 2017.

Hoje, Pescada em Atapuz, a manjubinha é a mesma piquitinga (palavra indígena) pintada por Eckhout no século XVII em sua estadia no Brasil. Consiste em óleo sobre papel, em pequeno formato (11,2 x 14,3 cm), e, provavelmente, o artista o representou em tamanho natural.

Sobre esse peixinho, Câmara Cascudo refere-se a ele em documento datado de 1608. Realiza observações sobre o topônimo e salienta a importância de sua pesca para os indígenas:

Já em 20 de agosto de 1605 Jerônimo d'Albuquerque doara a Antônio e Matias d'Albuquerque, seus filhos, huas salinas que estão corenta leguas daquy para a banda do norte e que deviam ser na futura Macau, ainda virgem de batismo. Citava -se em 26 de agosto de 1608 uma data de terra de Manoel de Abreu, "duas léguas de terra por costa, comesando da ponta a que chamão Pequitingua", a nossa Pititinga, nome do peixinho. Este topônimo denunciará o conhecimento e uso da pesca. Pititinga ou Piqui tinga é a *Menidia brasiliensis*, Cuv. & Val, Piquitins, de Gabriel Soares de Souza, Pititinga, de Marcgrav, a Pikití amazônica, de Tastevin; de pi -ti -tinga, pele alva -alva, alvíssima, uma sardinha prateada e gostosa. Piqui vale peixinho e tinga, branco, Pequitinga, peixinho branco. O nome bastará para fixar a presença indígena na região, pescando as pititingas. (CASCUDO, 2012, p.18).

Pessoas catando mariscos, ostras e sururus, fazem-se sempre presentes na paisagem do lugar. Figura 61.

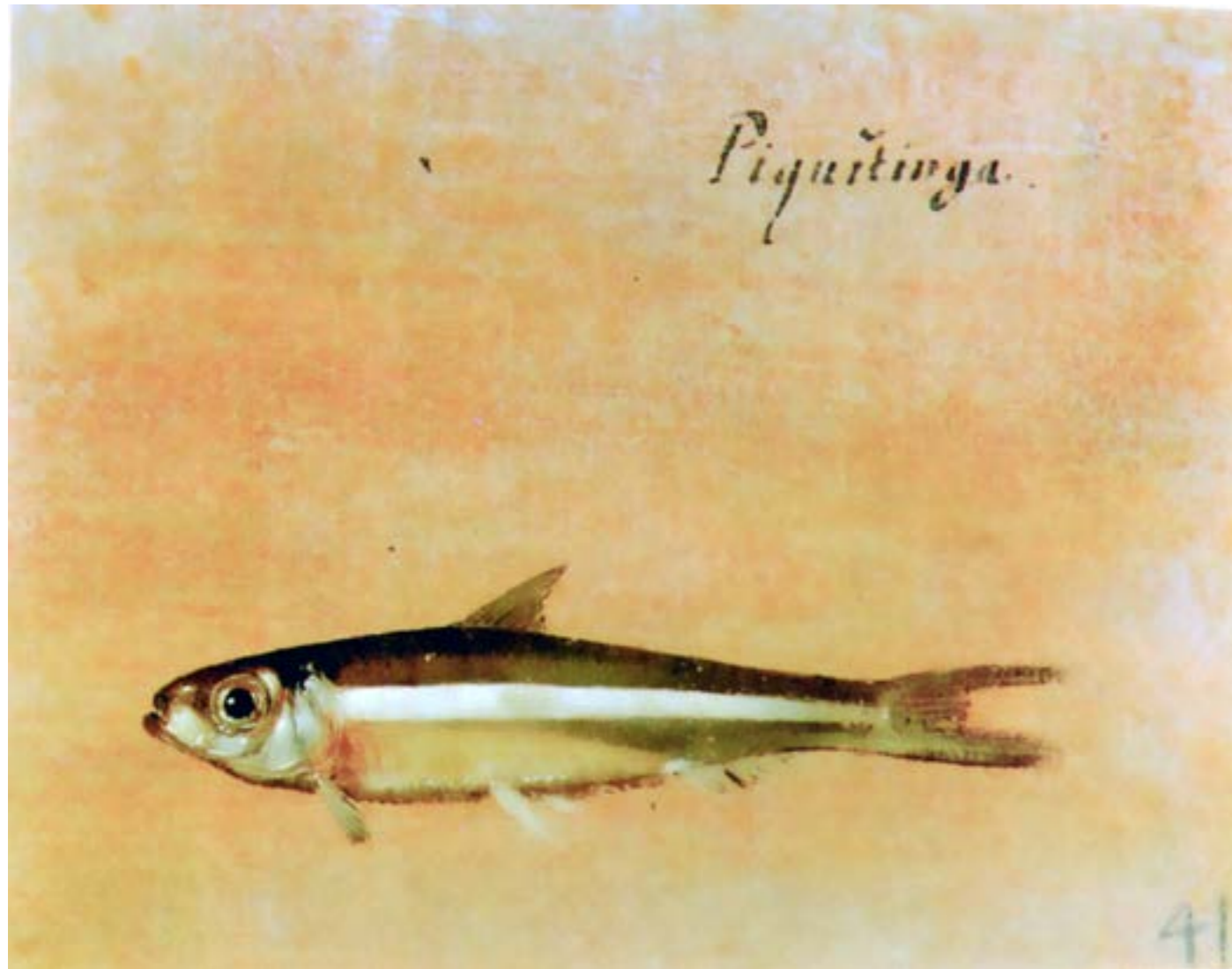


Figura 60. *Piquitinga*, A. Eckhout. Óleo sobre papel, 11,2 x 14,3 cm. Fonte: BRIENEN, Rebecca Parker, 2010. p. 240.



Figura 61. Catadoras de Marisco em Atapuz, Goiana, Pernambuco. Foto do autor, 2017.

Sobre os dois currais de pesca fotografados para esta pesquisa, em Atapuz, um deles encontra-se abandonado, e o outro em atividade. Figuras 62 a 65.



Figura 62. Curral de pesca desativado em Atapuz, Goiana, Pernambuco. Foto do autor, 2017.



Figura 63. Curral de pesca desativado em Atapuz, Goiana, Pernambuco. Foto do autor, 2017.



Figura 64. Curral de pesca em Atapuz, Goiana, Pernambuco. Fotos do autor, 2019.

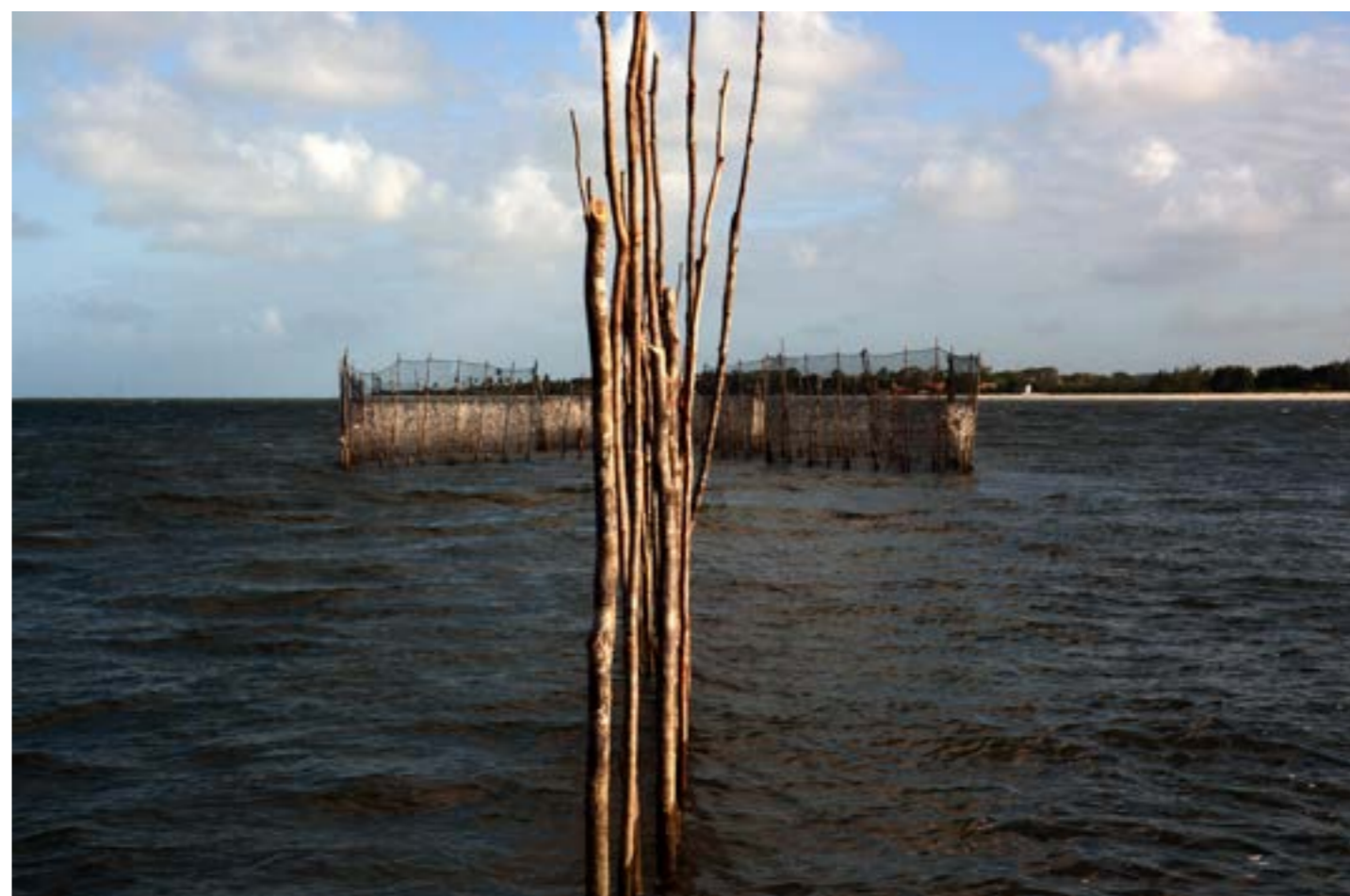


Figura 65. Curral de pesca em Atapuz, Goiana, Pernambuco. Fotos do autor, 2019.

Construídas com mourões fincados no fundo do mar, varas e esteiras de rede, são armadilhas fixas de grande tamanho, diferentes dos pequenos currais de pesca anteriormente comentados. O historiador Luiz Geraldo Silva pesquisou sobre o assunto, e, entre outros conteúdos a respeito, informa em seu livro publicado em 2001, *A Faina, A Festa e O Rito – uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*, quando foram construídos os primeiros currais de pesca desse tipo em Pernambuco:

Foi precisamente em 1694 que três militares portugueses – o capitão Pedro Lelou e os alferes Bartolomeu Correia Bravo e Baltasar Aranha de Araújo – levantaram os primeiros currais de peixe vistos na costa de Pernambuco, situados na praia de Pau Amarelo, litoral norte da capitania. Contudo, em decorrência das próprias características daquelas armadilhas, seus projetos sofreram alguns percalços. Segundo descrições do século XIX, o curral consistia em estacas fincadas no fundo do mar, reunidas a madeiras mais finas, atadas entre si, de modo a impedir a passagem do pescado, exceto de alevinos. (SILVA, G., 2001 p.105).

Ultrapassando mais de trezentos anos dos primeiros que foram feitos, construídos por portugueses, os currais de pesca encontram-se, atualmente, presentes em mares de praias de Goiana e de Itamaracá, no litoral norte de Pernambuco, de Cabedelo, na Paraíba e no litoral do estado de Alagoas. Figura 66.



Figura 66. Curral de pesca em praia de Japaratinga, litoral de Alagoas. Foto do autor, 2005.

Luís Geraldo acrescenta texto de documento redigido por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da capitania de Pernambuco entre 1804 e 1817, em um parecer de junho de 1816, no qual descreve em detalhes a construção do curral de peixe.

Estes currais são formados entre a praia e o arrecife com mourões cravados no fundo; tecidos com varas atadas com ripões; e são compostos de 3 divisões, ou repartimentos: o primeiro, a que os pescadores chamam de sala, é o mais espaçoso, e a sua porta dá franca entrada, e saída ao peixe; o segundo, a que chamam chiqueiro do meio, é mais apertado, mas ainda o peixe entra e sai; o terceiro, a que chamam chiqueiro de matar, tem menor extensão, e é constituído de maneira que o peixe não pode sair. Além destes três repartimentos, tem mais a chamada espia que é como uma caniçada, ou espaldão, muitos deles de 40, 50 e 100 braças comprido, feita com os mesmos mourões e varas, a qual espia serve de encaminhar o peixe para o curral. Estas espécies de armação embarça o uso comum da praia, e mar, em que está estabelecida; pois o que fez o curral com o seu trabalho, e despesa, quer desfrutá-lo exclusivamente. (MONTENEGRO, 1816, apud SILVA, G., 2001, p. 105-106)

As fotografias, em Atapuz aqui apresentadas, permitem identificar o espaldão, ou espia, sobre a qual se refere o governador em sua descrição do curral de pesca (Figuras 64 e 65). Este deve ser construído em posição relativa à maré. Luís Geraldo Silva salienta que a construção desses currais causou grandes embaraços por suas características próprias, com a monetarização da renda da pesca que os mesmos implicavam e seu caráter regular e fixo também causaram graves reações por parte de proprietários de pescadores escravos.

5. NOVO INSTRUMENTO, VELHOS MATERIAIS: SOBRE AS REDES DE PESCA



Figura 67. Pescador tece a sua rede em Barra de Mamanguape, Paraíba. Foto do autor, 2015.

Pescadores no Rio Goiana informam que as redes de pesca eram, anteriormente, confeccionadas com a folha da macaibeira, (*Acrocomia intumescens* Drude), uma palmeira nativa nessa região. (LORENZI, 2004. p. 35). Utilizavam-se as folhas mais novas para extrair sua fibra em forma de fios, puxando-as à mão, desalinhando-as. Os homens colhiam as folhas e as mulheres teciam o fio. Eram os homens que confeccionavam as redes de pesca.

A macaibeira ocorre na zona da mata atlântica desde o sul de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, além de ser encontrada em mata de brejo de altitude mais para o interior. O uso de suas folhas para a confecção de redes de pesca encontra referência com o historiador Luiz Geraldo Silva, em seu trabalho publicado em 2001, *A Faina, A Festa e O Rito – uma etnografia histórica sobre as gentes do mar* (sécs. XVII ao XIX). Ao analisar alguns anúncios de compra e venda relativos a materiais de pesca, no Recife do século XIX, encontra e comenta, entre outros, o seguinte anúncio no Diário de Pernambuco:

Tal como o fio do ticum, próprio para rede de pescaria, o fio da macaíba, ou macaúba, uma palmeira tradicional do Nordeste, cujo nome devemos aos tupinambás, era também utilizada por especialistas locais na confecção de redes. Assim vendia-se, por exemplo, em 5 de setembro de 1846, “três redes novas de pescaria, sendo de diferentes tamanhos, e juntamente uma, que tem trinta e seis braças de comprimento, e três de altura, e feita de fio de macaíba: na rua Imperial, padaria n° 37. (SILVA, G., 2001b, p. 98).

O francês Jean de Léry publicou, em 1578, *Viagem à Terra do Brasil*, obra literária, um relato sobre o novo mundo. Léry esteve presente na França Antártica e conviveu com os tupinambás por cerca de dez meses, a quem se refere sobre o seu modo de pescar:

Terminando, direi, ainda, a respeito do modo de pescar dos tupinambás, que além das flechas usam também espinhas à feição de anzóis, presas a linhas feitas de uma planta chamada tucom a qual se desfia como cânhamo e é muito mais forte. Com esse apetrecho pescam de cima das ribanceiras e à margem dos rios. Também penetram no mar e nos rios em jangadas, a que chamam piperis; são feitas de cinco ou seis paus redondos, mais grossos que o braço de um homem, e bem amarrados com cipós retorcidos. Sentados nessa’ jangadas, com as pernas estendidas dirigem-nas para onde querem com um bastão chato que lhes serve de remo. Como esses piperis têm apenas uma braça de comprimento e dois pés mais ou menos de largura, resistem mal às tormentas e mal podem sustentar um homem. (LÉRY, 1578a, p. 32).

Um pouco adiante, no texto, Jean de Léry comenta, provavelmente, sobre as grandes redes de pesca trazidas por europeus, e a reação dos indígenas ao conhecê-las:

Acrescentarei ainda que quando os selvagens nos viam pescar com as rêsdes que trouxéramos e a que êles chamavam pyissa-uassú, mostravam-se solícitos em ajudar-nos, espantados com ver-nos apanhar tanto peixe de uma só vez. Se porventura os deixávamos manejar as rêsdes, revelavam grande habilidade. (LÉRY, 1578b, p.34).

A arqueóloga Gabriela Martin, (1997), em *Pré História do Nordeste do Brasil*, observa que eram numerosas as fibras existentes e utilizadas pelas populações nativas pré-históricas do Nordeste, para cestarias e trançados, e sugere a fibra do caroá (*Neoglaziovia variegata* Mez.) e o uricuri (*Cocos coronata* Mart.) como das mais usadas.

Sobre o caroá, o naturalista Manuel Arruda da Câmara, (c. 1752 – 1811), em suas Obras reunidas, informa que os habitantes do Rio São Francisco teciam suas redes de pescar com o fio desse linho. O mesmo autor, em suas pesquisas e estudos sobre as plantas potencialmente fornecedoras de linhos no Brasil, refere-se ao ananás bravo ou Ca-arocatá, do gênero Bromélia, como sendo admiravelmente resistente o seu linho tanto à água doce como à salgada, um dos preferidos para fazer linhas e redes de pescar.

Com relação às grandes redes de pesca, Câmara Cascudo informa sua existência no litoral do Rio Grande do Norte, no início do século XVII:

Na primeira década do século XVII os portos de pescaria no Rio Grande do Norte alcançavam a foz do Guaju, lindeiro com a Paraíba, onde Agostinho Pereira tinha rede em julho de 1606, até o rio Boixununguape, o Maxaranguape dos nossos dias, posse de Nicolau Vazelim em fevereiro de 1605. João Seremenho estendia suas redes em dois postos ao sul e ao norte do Rio Pirangi talqualmente hoje e José do Porto gozava do pescado em Natal, na foz do Ceará -mirim, na Redinha -de -dentro, olhando o forte dos Reis Magos onde os soldados arrastavam a rede do arrecife para o riacho primeiro, sumido no areião da Limpa, fazendo quase inveja ao reve rendo vigário Gaspar Gonçalves da Rocha que perdera sua propriedade para o Escrivão da Real Fazenda, Pero Vaz Pinto, dono do ho melhor porto de pescaria que aquy ha e que está deante da fortaleza, como rezava a nota de 1614. Os maiores portos estavam ao redor da foz do Ceará -mirim e junto do desaparecido riacho Conaputu -mirim na praia de Muriu, muni cípio do Ceará -mirim. São dezessete datas de terra referentes à pescaria antes de 1614. (CASCUDO, 2012, p. 18).

Atualmente, entre comunidades de pesca artesanal pesquisadas, encontra-se grande variedade de redes de pesca, como as redes de arrasto, tainheiras, sauneiras, agulheiras, caçoeira, de mangote, camarãozeiras, de camboa, entre outras especificidades.

A pesca com rede de arrasto fotografada, recentemente, em praia do município de Coruripe, no litoral sul de Alagoas, requer grande número de pessoas para arrastá-la do mar à areia. Alguns pescadores a lançam, na água, utilizando uma jangada. Figuras 68 a 74.



Figura 68. Pescaria com rede de arrasto em praia do litoral de Coruripe, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 69. Pescaria com rede de arrasto em praia do litoral de Coruripe, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 70. Pescaria com rede de arrasto em praia do litoral de Coruripe, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 71. Pescaria com rede de arrasto em praia do litoral de Coruripe, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 72. Pescaria com rede de arrasto em praia do litoral de Coruripe, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 73. Camurupim pescado com rede de arrasto em praia do município de Coruripe, Alagoas. O exemplar parece pequeno em relação ao mesmo peixe descrito por cronistas do passado. Foto do autor, 2020.

6. AS FUNÇÕES DO COVO: UMA HISTÓRIA DE ADAPTAÇÕES



Figura 74. Escamas de camurupim, Coruripe, Alagoas. Foto do autor, 2020.

Os pescadores sabem esperar a passagem do cardume, sinalizado pelas gaivotas que o sobrevoam em busca da manjuba, peixinho que serve de alimento tanto para as aves como para os peixes maiores. A rede, de grande extensão, é lançada ao mar com uso de jangada, após essa sinalização. Passado algum tempo, seu recolhimento ou arrasto realiza-se por homens, mulheres e crianças da comunidade. Ao final, todos recebem um pouco do peixe capturado na rede. A pescaria ocorre uma vez ao ano, durante o mês de janeiro. Entre os peixes recolhidos, era possível identificar por seus nomes populares, serra, galo, garaxuma, entre outros, além de um exemplar de camurupim, peixe, no passado, muito apreciado pelos indígenas, como aponta o relato de alguns cronistas.

Jean de Léry, em *Viagem à Terra do Brasil*, no século XVI, comenta esta adoração “O camuroponí-uassu²³⁹ é um peixe muito grande a que os tupinambás fazem menção, em suas danças e cantos, repetindo muitas vezes: pirá-uassú a uéh, camurupuí-uassú etc. o que quer dizer “bom de comer”. (LÉRY, 1578c, p. 128).

Sobre esse mesmo peixe, Gabriel Soares de Souza redige alguns comentários, entre estes, observa que “quando este peixe é gordo é mui saboroso; o qual morre à linha no verão; e são muitos dêles tamanhos que dois índios não podem com um às costas atado num pau.” (SOUZA, 1587f, p. 280).

Com algumas variações morfológicas, este tipo de armadilha para pesca do camarão de água doce foi encontrado com frequência nos lugares pesquisados. Atualmente, essas armadilhas passam por modificações em sua estrutura e materiais construtivos. Fotografadas em Povoado Roçadinho, à margem da Lagoa de Jequiá, em Alagoas, as novas peças são confeccionadas com materiais sintéticos. As antigas, confeccionadas com materiais naturais, vistos em utilização na mesma lagoa, em tempos atuais tendem a desaparecer. Figuras 75 a 82.

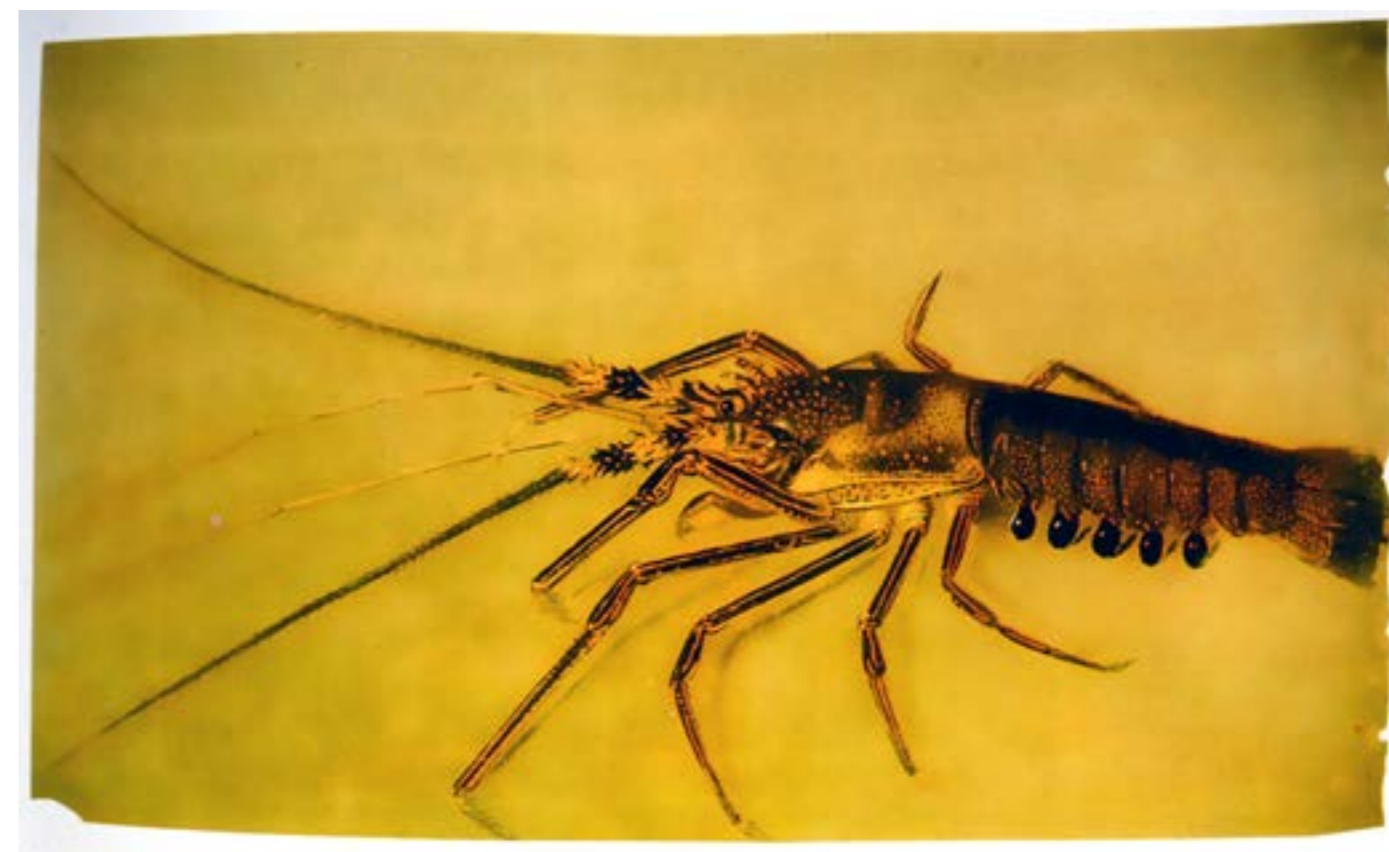


Figura 75. *Poticucuma*, A. Eckhout. Óleo sobre papel, 24,8 x 41 cm. Fonte: BRIENEN, Rebecca Parker, 2010. p. 243.



Figura 76. Em Lagoa de Jequiá, Alagoas, armadilhas para captura do camarão. Foto do autor, 2017.



Figura 77. Armadilhas para camarão em Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 78. . Covos, armadilhas para capturar camarão. Gongaçari, Rio Goiana, PB. Fotografia 2017.



Figura 79. Armadilhas para capturar camarão e amoré (peixe), confeccionadas com materiais naturais e sintéticos. Aldeia indígena Tabajara, Barra de Gramame, município de Conde, Paraíba. Foto do autor, 2019. Figura 79.



Figura 80. Em Aldeia Indígena Tramataia, município de Marcação, Paraíba. Duas armadilhas para capturar amoré, um peixe do mangue. As hastes laterais servem para fixa-lo na lama. Foto do autor, 2019.



Figura 81. Em Aldeia Indígena Tramataia, município de Marcação, Paraíba. Duas armadilhas para capturar amoré, um peixe do mangue. A parte posterior possui expansão para baixo e tampa removível. As hastes laterais servem para fixa-lo na lama. Dentro destes covos coloca-se uma isca para atrair o peixe. Foto do autor, 2019.



Figura 82. Em Povoado Roçadinho, à margem da Lagoa de Jequiá, sul de Alagoas, covos para capturar camarão atualmente confeccionados com materiais sintéticos. Foto do autor, 2020.

Confeccionadas com materias naturais e sintéticos, as duas armadilhas fotografadas na aldeia indígena Tabajara, em Barra de Gramame, litoral norte paraibano tanto servem para pescar camarão como amoré, peixe do mangue. Nessa mesma aldeia, em breve visita, foi feita fotografia de alguns mariscos e conchas de outros moluscos localmente consumidos e apreciados como alimento. Figura 83.



Figura 83. Mariscos e outros moluscos comestíveis. Aldeia Indígena Tabajara, em Barra de Gramame, Paraíba. Foto do autor, 2019.

Elias Herckmans, importante conselheiro de Nassau e diretor da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, que governou a Paraíba entre 1636 e 1639, em sua *Desciçãõ geral da Capitania da Paraíba*, importante documento no qual realiza detalhado relatório etnográfico, geográfico e econômico daquela capitania, deixou a seguinte observação sobre essa mesma região do Rio Gramame:

Neste districto de Gramame, ao sul do rio e cerca de duas léguas da costa, existiram também duas bellas aldeias chamadas Joakaka e Pindauna. Joakaka é uma palavra brasílica que significa “abraça-me”, pois nesse lugar os índios surpreenderam uma mulher brasiliense (petiguar) que se achava à sombra com um Tapuya, e lhe dizia – t’cheakoka, e “abraça-me. O logar conservou este nome, e foi ahi levantada uma aldeia também assim chamada [...]. (HERCKMANS, 1886, p. 258)

Em Tramataia, aldeia Potiguara no município de Marcação, Paraíba, o covo encontrado é específico para a pesca do amoré. Além de afunilamento, possui formato diferente em sua parte traseira, prolongando-se para baixo. As hastes laterais com cordões têm a função de fixá-lo na lama do manguezal. Dentro dele, coloca-se isca de mandioca mole para atrair o peixe, segundo o pescador. Figura 84.

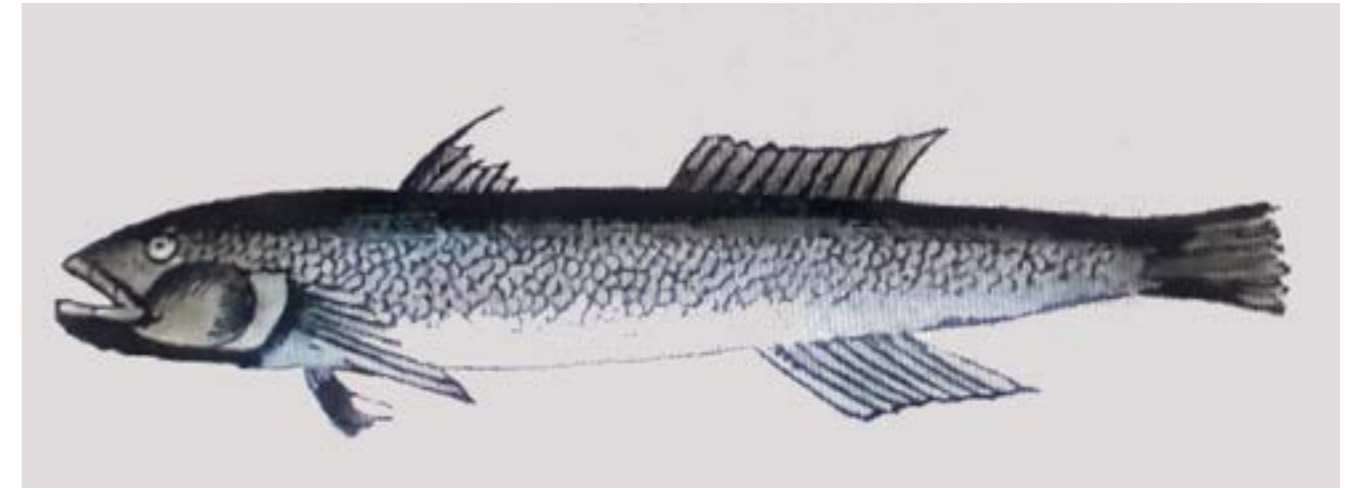


Figura 84. Amoré, peixe que habita o mangue. Desenho. Fonte: MARCGRAVE, George; PISO, Willem. 1648.

O amoré, valorizado por pescadores e ribeirinhos, possui determinadas armadilhas próprias para sua captura. Peixe fluvial, que vive na lama do mangue, ocupa muitas vezes as galerias feitas pelos caranguejos. Esse peixe configura um hábito alimentar bastante antigo, pois Gabriel Soares de Souza o descreve, no século XVI:

Aimoré é um peixe que se cria na vasa dos rios da água salgada, onde se tomam nas covas da vasa, os quais são da feição e cor dos enxarrocõs; e tão escorregadios como eles, e têm a cabeça da mesma maneira; são sobre o mole, mas muito gostosos cozidos e fritos, e muito leves; as suas ovas são pequenas e gostosas, mas são tão peçonhentas que de improviso fazem mal a quem as come, e fazem arvoar a cabeça, de dor de estômago, e vomitar, e grande fraqueza, mas passa este mal logo. (SOUZA, 1587, p.286-287)

Em mesmas terras indígenas Potiguaras, dessa vez no município de Baía da Traição, durante visita à residência de uma família na Aldeia Santa Rita, pôde-se constatar a existência de um balaio confeccionado para pescar, medindo 1m de diâmetro por 40 cm de profundidade. Figura 85.



Figura 85. Armadilhas e apetrechos de pesca em residência na Aldeia Indígena Santa Rita, no município de Baía da Traição, Paraíba. O balaio confeccionado com cipós é utilizado para pescar peixes de água doce, medindo 1m de diâmetro e 40 cm de profundidade. Foto do autor, 2019.

Em seu feitio, explicaram os donos da casa, foram usadas três variedades de cipó, por eles relatados: o cipó chamado de japecanga, o cipó cururu, e o cipó de cesto. Acrescentaram que a escolha para a confecção depende da disponibilidade dos mesmos. O balaio é utilizado para pescar nas margens do Rio do Gozo, que passa ali próximo. Com ele, pega-se principalmente traíra, jacundá, cará, mussum e piaba, peixes de água doce. Todos os apetrechos de pesca presentes na residência foram gentilmente reunidos para a fotografia. Entre eles, o que chamam de puçá, cujo arco é feito se usando-se a imbiriba. Sem dúvida, essa pequena rede em arco assemelha-se aos jererés anteriormente comentados.

Gabriel Soares de Souza, no capítulo em que se declara a costa da Baía da Traição até Paraíba e sobre os Potiguaras que a habitavam, entre outras, refere as seguintes informações em 1587:

Do rio de Camaratibe até a baía da Traição são duas léguas, a qual está em seis graus e 1/3, onde ancoram naus francesas e entram dos arrecifes para dentro. Chama-se esta baía pelo gentio potiguar Acajutibiró, e os portugueses, da Traição, por com ela matarem uns poucos de castelhanos e portugueses que nesta costa se perderam. Nesta baía fazem cada ano os franceses muito pau de tinta e carregam dele muitas naus. Desta baía da Traição ao rio Maguape são três léguas, o qual está em seis graus e meio. (SOUZA, 1587g, p. 52).

Não é bem que passemos já do rio da Paraíba, onde se acaba o limite por onde reside o gentio potiguar, que tanto mal tem feito aos moradores das capitâneas de Pernambuco e Itamaracá, e a gente dos navios que se perderam pela costa da Paraíba até o rio do Maranhão. Este gentio senhoreia esta costa do rio Grande até o da Paraíba, onde se confinaram antigamente com outro gentio, que chamam os caetés, que são seus contrários, e se faziam crudelíssima guerra uns aos outros, e se fazem ainda agora pela banda do sertão onde agora vivem os caetés, e pela banda do rio Grande são fronteiras dos tapuias, que é a gente mais doméstica, com quem estão às vezes de guerra e às vezes de paz, e se ajudam uns aos outros contra os tabajaras, que vizinham com eles pela parte do sertão.

[...]. Este gentio é muito belicoso, guerreiro e atraído, e amigo dos franceses, a quem faz sempre boa companhia, e, industriado deles, inimigo dos portugueses. São grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre mui providos, e são caçadores bons e tais flecheiros que não erram flechada que atirem. São grandes pescadores de linha, assim no mar como nos rios de água doce. Cantam, bailam, comem e bebem pela ordem dos tupinambás, onde se declarará miudamente sua vida e costumes, que é quase o geral de todo o gentio da costa do Brasil. (SOUZA, 1587h, p. 54-55).

Nas descrições do autor pode-se perceber o quão aguerridos e guerreiros eram esses indígenas, defendendo seus próprios interesses.

Algumas décadas depois, no Brasil holandês do século XVII, Elias Herckmans nos ensina o significado toponímico para camaratuba. O Rio Camaratuba, cuja foz encontra-se com o mar entre os municípios de Baía da Traição e Mataraca, na Paraíba, está incluído nessa pesquisa de campo:

Camaratuba quer dizer em língua brasílica “logar onde cresce certa erva chamada Camera”, a qual dá sem cultura e tem pequenas flores amarelas; e tuba significa o pae ou mãe de tal planta. E uma maneira de fallar como quando dizemos que a natureza é a productora ou a mãe de todos os fructos. Por isso denominaram elles esta região e o rio mãe da dita planta. (HERCKMANS, 1886, p. 268-269)



Figura 86. *Camaraune*. Desenho, Albert Eckhout 18,3 x 18,5 cm. Fonte: : BRIENEN, Rebecca Parker, 2010. p. 286.



Figura 87. Catadora de caranguejos e seu pequeno barco em margem do Rio Camaratuba, Paraíba. Foto do autor, 2019.



Figura 88. Catadora de caranguejos e seu pequeno barco em margem do Rio Camaratuba, Paraíba. Foto do autor, 2019.

O mesmo Herckmans, ao realizar rica descrição sobre o Rio Paraíba, o maior rio daquela capitania, comenta a toponímia de um de seus afluentes:

Para o norte e sobre os montes do mesmo engenho se acha uma aldeia de índios, também chamada Gargaú, da qual esse districto e o rio tomaram o nome. Gargaú é uma palavra brasílica, pela qual designam uma espécie de peixe, que os Portugueses chamam peixe-boi (apanham-se muitos nesse rio); pois garga é o nome do referido peixe, e ú é água, o que quer dizer: água do peixe-boi. (HERCKMANS, 1886, p. 242).

Como se depreende a partir das observações de Elias Herckmans, os filhos da terra conheciam bem, e nomeavam em sua língua cada um dos elementos da natureza. Por sua vez, estes elementos podiam relacionar-se a rios e a outros acidentes geográficos. Na atualidade do século XXI, esta nomenclatura indígena para plantas, animais, lugares e acidentes geográficos permanece viva como herança e patrimônio cultural da sociedade brasileira.

7. A PAISAGEM DE CAMPO

Considerando os lugares visitados para estudo de campo, a paisagem do entorno não poderia ausentar-se desse conjunto de imagens. Confere mundos à parte no tempo, aos quais se inserem os objetos pesquisados e documentados. Representa o ambiente, o habitat. Palcos de história e de vida, onde tudo se desenvolve. Esta parte do trabalho direciona-se a um olhar sobre esse universo comentado.



Figura 89. Paisagem com barcos à margem do Rio Mamanguape, em Aldeia Indígena Tramataia, município de Marcação, Paraíba. Foto do autor, 2019.



Figura 90. Paisagem com barcos à margem do Rio Mamanguape, em Aldeia Indígena Tramataia, município de Marcação, Paraíba. Foto do autor, 2019.



Figura 91. Remos e samburá em Aldeia Indígena Tramataia, Paraíba. Foto do autor, 2019.



Figura 92. Paisagem com barcos à margem do Rio Mamanguape, em Aldeia Indígena Camurupim, município de Marcação, Paraíba. Foto do autor, 2019.



Figura 93. Catadores de mariscos em Barra de Mamanguape, município de Rio Tinto, Paraíba. Foto do autor, 2015.



Figura 94. Catador de mariscos em Barra de Mamanguape, município de Rio Tinto, Paraíba. Foto do autor, 2015.



Figura 95. Pescadores, Barra de Mamanguape, Paraíba. Foto do autor, 2015.



Figura 96. Coletando mariscos em Barra de Mamanguape, Paraíba. Foto do autor, 2015.



Figura 97 . Caiçara, abrigo para pesca em praia de Lucena, Paraíba. Foto do autor, 2015.



Figura 98. Barco no Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 101. Banho no Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 99. Barcos no Rio Poxim, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 100 . Pescador arma sua rede no Rio Poxim. Alagoas, foto do autor, 2017.



Figura 102. Rio Poxim e Lagoa Escura, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 104. . Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 103. Abrigo de pesca na margem da Lagoa Escura, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 105 . Rio e Lagoa de jequiá, Alagoas. Em cima dos jiraus de madeira, pescadores lançam suas tarrafas para pescar. Foto do autor, 2020.



Figura 106. Comunidade de pescadores, Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 108. Lagoa de Jequiá, Alagoas. Fotos do autor, 2017.



Figura 107. Lagoa de Jequiá, Alagoas. Fotos do autor, 2017.



Figura 109. Peixe salgado secando ao sol, Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2017.



Figura 110. Jiraus de pesca, e, à direita na imagem, viveiros para siri, nos quais sobrevivem por vários dias. Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2020.



Figura 111. . Lagoa de Jequiá, Alagoas. Foto do autor, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal praticada nas áreas litorâneas do Nordeste, em abordagem neste estudo, guarda alguns aspectos e características tradicionais em suas artes, processos e apetrechos. Sua permanência no tempo informa sobre heranças culturais transmitidas através de muitas gerações passadas, de forma ininterrupta, constituindo uma fusão de influências, sejam indígenas, africanas ou portuguesas. Esses elementos integram e compõem o patrimônio cultural material e imaterial da sociedade brasileira.

Por extensão, para efeito de ilustração, diversas manifestações folclóricas mesclam essas influências. Na Zona da Mata pernambucana, algumas delas utilizam a imagem de um peixe como símbolo. São vários os grupos de maracatu rural que o bordam em seus estandartes, fato que pode ser observado durante os desfiles de carnaval. Integrante da cultura pernambucana e brasileira, o maracatu confere sincretismo religioso, dança, música e ritual, como síntese da miscigenação étnica ocorrida desde os tempos coloniais.

A estes elementos de herança cultural, somam-se os aspectos ambientais, intimamente relacionados. O meio ambiente, fator determinante para a própria história da humanidade, constitui fonte e testemunho de vidas, povos e gerações passadas. Torna-se essencial o conhecimento de aspectos culturais relacionados à prática ambiental, como se desenvolve esta interação.

Os europeus encontraram enorme riqueza natural na América. Apesar de passados quase 500 anos de exploração predatória, diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos são atualmente encontrados em nossos mares, rios e lagoas. Fato que nos leva a imaginar a profusão desta fauna aquática nos séculos passados, referentes aos ambientes marinhos atlânticos e costeiros.

Hoje bastante modificado, o ambiente natural continua a proporcionar alimento e subsistência às populações ribeirinhas, principalmente no que se refere à atividade da pesca. Os pescados destinam-se ao consumo local, ou são comercializados para mercados externos.

No ambiente natural dos lugares pesquisados são encontradas fruteiras nativas desta região, como o cajueiro (*Anacardium occidentale* L.), originário do litoral nordestino do Brasil, e de grande importância indígena, e mais, a mangaba, o araçá, a pitanga, entre outras frutas. Figuras 112 a 114.



Figura 112. Ilha de Itamaracá, caju e castanhas. Foto do autor, 2015.



Figura 113. Ilha de Itamaracá, caju e castanhas. Foto do autor, 2015.



Figura 114. Pitangas e araçás em Barra de Mamanguape, Paraíba. Foto do autor, 2016.

Com séculos de existência, essas tradições encontradas na prática da pesca artesanal atualmente documentadas, tendem a desaparecer rapidamente, em curto espaço de tempo. Isto, em consequência de um contexto formado por forte exploração empresarial nas áreas litorâneas, instalação de indústrias, e grandes empreendimentos privados do setor de turismo a ocupar esses territórios e seus espaços naturais, e modificando a relação do homem com o meio ambiente. Ao mesmo tempo, a aplicação de rígida legislação ambiental em vigor proíbe o uso dos recursos naturais, materiais para a manufatura de armadilhas, utensílios e outras artes relacionadas à atividade da pesca artesanal, fato que também corrobora em fazê-las desaparecer. Essas tradições parecem se encontrar no limiar de uma existência. Algumas armadilhas de pesca são adaptadas aos novos materiais sintéticos em sua manufatura, como ocorre com o covó para pescar camarão.

Em Lagoa de Jequiá e no Rio Poxim, Alagoas, atualmente encontradas em pequeno número, as espias, ou espera para pescar, existem há séculos, como se depreende com este estudo, retratadas na mesma região do litoral, no mapa de Marcgrave, século XVII. Provavelmente este será um de seus últimos redutos de existência nesta costa litorânea do Nordeste. O “mutá”, seu sócia amazônico e tupi descrito por José Veríssimo, sinaliza para sua origem na cultura indígena.

O mapa de Marcgrave, de tão rico e complexo em conteúdo e informação, carece de observações e estudos detidos, preferencialmente com acesso aos objetos originais. Muitas cópias e publicações o reproduziram ao longo do tempo, fato que pode provocar algumas diferenças significativas em nuances, cores, ou mesmo em alguns detalhes da obra.

Merece continuidade e dedicação esta mesma pesquisa para o litoral norte paraibano. Esta poderá ser extensiva a pontos do litoral do Rio Grande do Norte, referido por Câmara Cascudo, no presente trabalho não estudado com pesquisa de campo ou documentação fotográfica.

Algumas das armadilhas documentadas apresentam características construtivas com aparência indígena, como é o caso das pequenas redes de mão, citadas pelos cronistas como um artefato indígena, hoje chamadas genericamente de jereré. Assim como o uso de materiais extraídos das palmeiras nativas, de diversas espécies de cipós usados na estrutura ou amarrações das mesmas, ou em outros apetrechos de pesca. Os pequenos currais de pesca encontrados ao sul de Alagoas, semelhantes aos cacuris da Amazônia, igualmente sinalizam invenção de culturas indígenas antepassadas.

Em geral, essas armadilhas são construídas para capturar determinadas espécies intrínsecas ao meio ambiente litorâneo. Os objetos possuem variação em nomenclatura, em sua morfologia, e nos materiais utilizados para a confecção, a depender da disponibilidade dos mesmos no ambiente natural circundante do lugar ou região.

A própria toponímia dos lugares pesquisados indica a presença indígena em sua origem, em sua base inicial. Como vimos antes, muitos núcleos urbanos e cidades desta costa litorânea e da Zona da Mata originaram-se em aldeias ou aldeamentos indígenas. A relação dos povos originários da terra com a natureza, manifesta-se explicitamente com o batismo da maioria das plantas e animais em língua tupi, individualmente guardando significados específicos.

Os objetos reunidos e retratados, os saberes, as práticas e o modo de vida dos pescadores neste trabalho abordados, constituem conjunto de elementos formadores da cultura brasileira, patrimônio imaterial e material transmitido de geração em geração, de forma ininterrupta. Este estudo, ao apresentar referido e importante legado, possui intenção de contribuir para a construção de nossa história social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB 'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; DUARTE, Milena. **Diagnóstico e Avaliação de Impactos sobre o Patrimônio Cultural na área do projeto de terraplanagem de 440 hectares à margem da BR 101 N, em Goiana, PE**. 2011. Disponível em http://www.brasilarqueologico.com.br/relatorios/Diagnostico%20Fiat%20LP%20final_WEB.pdf Visitado em 03/02/2020.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil** Rio de Janeiro: Editora FGV 2010.
- ALONSO, José Luís Ruiz-Peinado; BARBOSA, Bartira Ferraz (coord.). **Afroindigenous Spaces on the map Brasilia Qua Parte Paret Belgis**. Barcelona, Editora universitária da UFPE e Universidade de Barcelona. 2013.
- ARRUDA DA CÂMARA, Manuel. **Obras Reunidas**. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- AULETE, Caldas, Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Rio de Janeiro Editora Delta S. A., 1958. 5 v.
- BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: herança e poder indígena Nordeste séculos XVI-XVII**. Recife, Ed. Universitária da UFPE. 2007.
- BARBOSA, Bartira Ferraz; RUIZ-PEINADO, José Luís; PIQUERAS, Ricardo; ALLEN, Scott Joseph. **Afroindigenous Spaces on the map BRASILIA QUA PARET BELGIS**. Editora Universitária UFPE / Universidade de Barcelona, 2013.
- BARLÉUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do ministério da Educação. 1940. Disponível em: http://etno-linguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abarleu-1940-historia/barleu_1940_historia.pdf visitado em 20/09/2019
- BARTHEN, Ronaldo B.; ISAAC, Victoria J. **Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira** Museu Paraense Emílio Goeldi, sér. Antropol. 1995. Disponível em <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/550/1/B%20MPEG%20Ant%2011%282%29%201995%20Isaac.pdf> Visitado em 03/02/2020
- BERLOWICZ, Bárbara; Due, Berete; Pentz, Peter; Wahle, Espen (editores). **Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002**. Copenhagen, National Museum of Denmark, 2002.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Salvador. Versão Digital: Portal Educacional. Disponível em: http://www.educacional.com.br/classicos/obras/dialogos_das_grandezas_do_brasil.pdf Visitado em 19/09/2019, 20/09.
- BRIENEN, Rebecca Parker. **Albert Eckhout: Visões do Paraíso Selvagem Obra Completa**. Pedro Corrêa do Lago e Antônio Pedro Goulart (coord. Editorial). Rio de Janeiro, editora Capivara. 2010.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda. 2005. Disponível em <https://www.portalconservador.com/livros/Peter-Burke-O-Que-e-Historia-Cultural.pdf> Visitado em 24/10/2019.
- CARDIM, Padre Fernão S. J. **Tratados da Terra e gentes do Brasil**. Introduções e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro. J. Leite & Cia. 1925. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788> visitado em 17/09/2019.

- CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e Cultura: Pesquisas e Notas de Etnografia Geral**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada. 1983.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangada: Uma Pesquisa Etnográfica**. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora. 2012. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/cv01> visitado em 23/09/2019.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola. 1957.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**, Bauru, SP. EDUSC 2006.
- CERTEAU, Michael de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel – Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- CORRÊA DO LAGO, Bia (org.). **Frans Post e o Brasil Holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand** (Catálogo da Exposição Permanente). Recife, Instituto Ricardo Brennand, 2010.
- CORRÊA DO LAGO, Pedro; DUCOS, Blaise. Catálogo da exposição **“Frans Post, o Brasil na corte de Luís XIV”**, realizada no Museu do Louvre de 29 de setembro de 2005 a 2 de janeiro de 2006. 5 Continents Edition slr, Milão, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania** – São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 3. Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2005.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pesca artesanal: Um Delineamento de sua História no Pará** Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi – Antropologia n. 79 Belém, Pará. 1981. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/699> Visitado em 03/02/2020
- GOMES, Geraldo. **Engenho e arquitetura**. Recife, Editora Massangana, 2006.
- HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. Recife. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, v. 35 Typographia Industrial. 1886. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aherckman-1886-parahyba/herckman_1886_parahyba.pdf Visitado em 21/09/2019
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e notas Luís da Câmara Cascudo. São Paulo - Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1942. Disponível em : <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/305/1/221%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> visitado em 15/09/2019.
- LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V Lisboa: Portugália, 1938-1950 10v.
- LEITE, José Roberto Teixeira. **O Oitocentos Brasileiro na Coleção Ricardo Brennand**. Leonardo Dantas Silva (org.). Recife: Instituto Ricardo Brennand, Caleidoscópio. 2015.
- LERY Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Biblioteca do exército Editora 1961. <http://fortalezas.org/midias/arquivos/1713.pdf> Visitado em 06/02/2021.
- LORENZI, Harri. **Palmeiras Brasileiras e Exóticas Cultivadas**. Nova Odessa, SP. Instituto Plantarum, 2004.

- LORENZI, Harri. **Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. Nova Odessa, SP. Instituto Plantarum, 2001.
- LUCENA, Felipe Pessoa de ; CABRAL, Enilson; SANTOS, Maria do Carmo Ferrão; OLIVEIRA, Vanildo Souza de; BEZERRA, Thales Ramon de Queiroz. **Pesca em currais para peixes no litoral de Pernambuco** Nota Científica Bol. Téc. Cient. CEPENE, Tamandaré - PE - v. 19, n. 1, p. 93-102, 2013 Disponível em <art07-v19.pdf> (icmbio.gov.br) Visitado em 24/10/2019.
- MARCGRAVE, George; PISO, Willem. **Historia Naturalis Brasiliae**. 1648. Disponível em Historia Naturalis Brasiliae (Piso & Marcgrave 1648) - Biblioteca Digital Curt Nimuendajú (etnolinguistica.org) Visitado em 27/09/2019
- MARCGRAVE, Georg: [mapa] Brasilia qua parte paret Belgis. Amstæledami. 1647. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasilia_qua_parte_paret_Belgis_da_Cole%C3%A7%C3%A3o_Brasiliana_Iconogr%C3%A1fica.jpg. Acessado em: 03/02/2020.
- MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 2 ed. Atual. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **Política pombalina e seus reflexos nas capitanias do Norte da América portuguesa** Disponível em cvc.institutocamoes.pt/ear/colóquio/comunicações/ricardo_pinto_medeiros.pdf visitado em 10/08/2018.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil Holandês (1630-1654)** São Paulo; Penguin Classics , 2010.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2001.
- OTT, C. F. **Os elementos culturais da pescaria baiana**. Boletim do Museu Nacional - Antropologia n. 4, Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1944. Disponível em boletim_do_museu_nacional_04.pdf (ppgasmn-ufrj.com) Visitado em 24/10/2019.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João {org.} **A presença indígena no Nordeste – processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro; Contra Capa, 2011.
- SILVA, A. A. Baldaque da. **Estado Actual das pescas em Portugal: compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do reino, referido ao ano de 1886**. (pdf) Lisboa, Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <https://books.google.com.ec/books?id=i-JaAAAQAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false> Visitado em 04/02/2020
- SILVA, Luís Geraldo. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)** Campinas, São Paulo. Papyrus, 2001.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. 1851. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf> visitado em 15/09/2019.
- STADEN Hans. **Duas Viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.
- TOLLENARE, Louis François de. **Notas Dominicães – (1816-1818)**. Recife. Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano. 1905. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg114650/drg114650.pdf Visitado em 13/09/2019
- VERÍSSIMO, José. **A Pesca na Amazônia**. (pdf) Livraria Classica de Alves & C. Rio de Janeiro, São Paulo. 1895. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3162> Visitado em 05/02/2020.